


Secretaria Municipal de Saúde

EDITAL DE LICITAÇÃO 017/2026

Pregão Eletrônico nº 017/2026

 **Data de Abertura:** 26 de junho de 2026

 **Horário:** 09:00 min (horário de Brasília)

 **Local:** <https://licitanet.com.br/>

FUNDAMENTO LEGAL

O presente certame rege-se pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, pelos Decretos Municipais nº 02, 03, 04, 05, 06 e 07, de 12 de janeiro de 2024, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como pelas disposições constantes neste Edital e em seus anexos, além das demais normas legais e regulamentares aplicáveis ao objeto, ainda que não expressamente mencionadas.

OBJETO

Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças automotivas genuínas ou originais da marca do fabricante, das ambulâncias pertencentes à frota do Fundo Municipal de Saúde do Município de Maracumê/MA, organizado em 3 (três) lotes distintos, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência e demais anexos do Edital.

VALOR ESTIMADO

 SIGILOSO

Modo e Tempo de Disputa

O certame será realizado na forma do inciso I do art. 56 da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se o **modo de disputa aberto**, com apresentação de lances públicos e sucessivos. A etapa de lances terá duração inicial de **10 (dez) minutos**, sendo **automaticamente prorrogada por 02 (dois) minutos** sempre que houver lances ofertados nos últimos dois minutos, encerrando-se automaticamente caso não haja novos lances.

SRP?

☒ Sim ☐ Não

Exclusiva ME/EPP?

☒ Sim ☐ Não

Reserva de quota ME/EPP?

☒ Sim ☐ Não

Amostra/Demonstração?

☐ Sim ☒ Não

Regime de Execução

Empreitada por Preço

Tipo de Licitação

Menor Preço

Forma de Adjudicação

Por Lote

Pedidos de esclarecimentos

 Até 23 de junho de 2026

 E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Impugnações

 Até 23 de junho de 2026

 E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Disponibilização do Edital

O edital estará disponível gratuitamente:

- No **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**
- No site do Município: www.maracacume.ma.br
- No Portal **Licitanet**: <https://licitanet.com.br>
- Presencialmente na sede da Prefeitura Municipal de Maracumê - MA, situada na Avenida Dayse de Sousa, s/nº, Centro, mediante apresentação de mídia digital.

A licitação será realizada em **sessão pública eletrônica**, por meio do sistema Licitanet, conduzida pregoeiro designado, conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Secretaria Municipal de Saúde

SUMÁRIO

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES	8
7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA	9
8. DA FASE DE JULGAMENTO	10
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
9.6 Da Habilitação Jurídica:	12
9.7 Da Habilitação Econômico-financeira:	13
9.8 Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:	13
9.9 Da Qualificação Técnica:	14
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	15
11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	16
12. DOS RECURSOS	16
13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	17
14. DA CONTRATAÇÃO	17
15. DO PAGAMENTO	17
16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	17
17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	17
18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	17
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA	19
ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS	43
ANEXO III - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	45
ANEXO IV – MINUTA CONTRATUAL	51

Secretaria Municipal de Saúde

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/2026)

Torna-se público que o Município de Maracatumé, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, com sede na Avenida Dayse de Sousa, s/nº, Centro, Maracatumé/MA, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, conduzida pelo Pregoeiro designado, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais legislações aplicáveis, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

1. DO OBJETO

- 1.1 Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças automotivas genuínas ou originais da marca do fabricante do veículo, das ambulâncias pertencentes à frota do Fundo Municipal de Saúde do Município de Maracatumé/MA, incluindo veículos que venham a ser acrescidos ou substituídos na frota, conforme especificações técnicas, quantitativos estimados e condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.
- 1.2 A licitação será dividida em 3 (três) lotes distintos, por afinidade técnica e especialização, conforme especificações constantes no Termo de Referência, facultando-se aa licitante a participação em um, dois ou nos três lotes de seu interesse:
 - Lote 1 — Manutenção Mecânica e Preventiva, com fornecimento das peças e materiais vinculados (*Planilhas A1 e A2*);
 - Lote 2 — Sistemas Elétricos, Eletrônicos e Sinalização, com fornecimento dos componentes vinculados (*Planilhas B1 e B2*);
 - Lote 3 — Funilaria, Pintura, Solda, Ar-condicionado e Vidros, com fornecimento dos materiais e peças vinculados (*Planilhas C1 e C2*).
- 1.3 Cada lote é composto por planilha de serviços e planilha de produtos vinculados, sendo o fornecimento de peças e materiais admitido apenas em conjunto com a execução do serviço correspondente do mesmo lote, caracterizando contratação integrada de manutenção com reposição, salvo autorização expressa e fundamentada da Administração.
- 1.4 Em caso de divergência entre as especificações do objeto constantes no sistema eletrônico utilizado para a realização do certame e aquelas previstas neste Edital e em seus anexos, prevalecerão as disposições deste Edital e de seus anexos.
- 1.5 A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela necessidade de garantir a disponibilidade contínua de serviços de manutenção com reposição de peças para a frota de ambulâncias do Fundo Municipal de Saúde, assegurando resposta rápida e eficaz às necessidades de transporte médico de emergência da população de Maracatumé/MA, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1 As regras referentes ao órgão gerenciador, aos órgãos participantes, bem como às eventuais adesões à Ata de Registro de Preços, são as estabelecidas na minuta da Ata de Registro de Preços, anexa a este Edital.
- 2.2 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da manutenção dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa formal da Administração.
- 2.3 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, ressalvadas as hipóteses de alteração previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e no item 10.5 do Termo de Referência.
- 2.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro dos 3 (três) lotes constantes no Termo de Referência, com a indicação da licitante vencedor de cada lote, descrição dos itens, respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 2.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP e ficará disponível durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracatumé – MA, CEP: 65.289-000
E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

- 2.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de execução nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada e comprovada a vantagem, nos termos do art. 82, §4º, da Lei nº 14.133/2021.
- 2.7 Na hipótese de a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados previamente credenciados no Portal de Compras do Licitanet (<https://licitanet.com.br>).
- 3.1.1 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observados data e horário limite estabelecidos.
- 3.1.1.1 O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação, ficará a cargo da licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis na plataforma, através do site: <https://www.licitanet.com.br/>;
- 3.1.2 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;
- 3.1.3 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não cabendo ao Município de Maracatumé qualquer responsabilidade por tais despesas. A licitante também é a única responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;
- 3.1.4 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- 3.1.5 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;
- 3.1.6 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 3.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 3.2.1 Não poderão participar desta licitação as pessoas jurídicas que se encontrem, ao tempo da licitação, com sanção administrativa vigente que as impeça de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.2.2 Pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;
- 3.2.3 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si, quando caracterizada situação que comprometa a competitividade ou a isonomia do certame;
- 3.2.4 Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.2.5 Pessoas físicas ou jurídicas suspensas de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.
- 3.2.6 Pessoas físicas ou jurídicas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;
- 3.2.7 Empresas estrangeiras que não possuam representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracatumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

- 3.2.8 O impedimento de que trata o item 3.2.1 será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive à sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante;
- 3.2.9 Entidades empresariais reunidas em consórcio, considerando que o objeto consiste na aquisição de bens comuns, cujas características não demandam a conjugação de capacidades técnicas ou econômico-financeiras, não havendo restrição à competitividade do certame.¹;
- 3.3 A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação da licitante, conforme o caso.
- 3.5 A licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), conforme o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que não esteja sujeito a quaisquer dos impedimentos do §4º do referido artigo, deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, sua condição de ME ou EPP, bem como declarar que não ultrapassou o limite de receita bruta previsto para fins de fruição dos benefícios legais.
- 3.6 As licitantes deverão declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste edital.
- 3.7 Será assegurado tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

PARA CONHECIMENTO: Benefícios exclusivos para as ME, EPP e equiparadas conforme Lei federal nº 14.133/21².

A obtenção de benefício a que se refere o item acima fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. A licitante deverá apresentar declaração de observância desse limite na licitação junto aos documentos de habilitação.

A licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

As licitantes deverão também declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, quando do registro de sua proposta comercial, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta atende às exigências do edital

¹ Justificativa para Vedação de Consórcio: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no Pregão em tela.

² Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá às fases de apresentação de propostas, lances e julgamento, sendo exigida apenas da licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar em cada lote, nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 4.2 As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta de preços até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital.
- 4.2.1 Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada digitalmente ou mediante apresentação em formato eletrônico que permita a verificação de sua autenticidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Havendo dúvida quanto à autenticidade ou veracidade documental, o Pregoeiro poderá promover diligências para esclarecimento ou validação das informações apresentadas.
- 4.3 A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, dos seguintes campos:
- a) valor global do lote, correspondente à soma dos valores unitários de todos os itens das Planilhas de Serviços e de Produtos integrantes do lote em que concorrer;
 - b) preços unitários de cada item das Planilhas de Serviços (A1, B1 ou C1) e de Produtos (A2, B2 ou C2) do lote correspondente;
 - c) descrição detalhada do objeto ofertado, contendo as informações necessárias à perfeita identificação dos serviços e das peças, incluindo marca, modelo e procedência quando aplicável.
- 4.3.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante e, após a contratação, a futura contratada durante toda a execução contratual.
- 4.3.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços e no fornecimento das peças, incluindo mão de obra especializada, equipamentos, ferramentas, peças genuínas ou originais, transporte dos veículos e seguros.
- 4.3.3 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.4 No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo, e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 4.4.2 não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 14 (quatorze) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
 - 4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
 - 4.4.5 declara que desenvolve, ou se compromete a desenvolver, programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304/2024 e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, para fins do critério de desempate previsto no art. 60, IV, da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da referida Lei, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5.1 Nos lotes exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame para aquele lote.
 - 4.5.2 Nos lotes com participação ampla, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

Secretaria Municipal de Saúde

- 4.6 A falsidade das declarações de que tratam os itens 4.4 e 4.5 sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal cabíveis, nos termos do art. 337-F do Código Penal.
- 4.7 As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.
- 4.8 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta das licitantes, após a fase de julgamento.
- 4.9 Caberá à licitante interessada em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.10A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1 A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, dos seguintes campos:
 - 5.1.1 valor unitário e total para cada item das Planilhas de Serviços (A1, B1 ou C1) e de Produtos (A2, B2 ou C2) do lote em que concorrer;
 - 5.1.2 valor global do lote, correspondente à soma dos valores totais de todos os itens das planilhas vinculadas;
 - 5.1.3 marca e procedência das peças automotivas ofertadas, com indicação de que são genuínas ou originais da marca do fabricante do veículo, conforme ABNT NBR 15.296/2005 (*não se aplica a serviços*);
 - 5.1.4 descrição detalhada do objeto ofertado, contendo as informações necessárias à perfeita identificação dos serviços e das peças, em conformidade com as especificações do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, modelo, prazo de validade ou de garantia e número de registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
 - 5.1.5 prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura da sessão pública, ficando estabelecido que, na ausência de indicação expressa, será considerado tacitamente aceito o prazo de 60 (sessenta) dias.
- 5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante e, após a contratação, a futura contratada durante toda a execução contratual.
- 5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, incluindo mão de obra especializada, equipamentos, ferramentas, peças genuínas ou originais, transporte dos veículos, seguros e quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução contratual.
- 5.4 As empresas enquadradas no regime tributário do Simples Nacional deverão apresentar suas propostas considerando a carga tributária efetivamente aplicável ao seu regime fiscal, nos termos da legislação vigente, observadas as vedações legais quanto ao enquadramento tributário para prestação de serviços com cessão de mão de obra.
- 5.5 Caso o regime tributário da empresa implique variação de alíquotas, os preços ofertados deverão refletir a carga tributária efetivamente aplicável ao fornecimento e à prestação dos serviços, observada a legislação vigente.
- 5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.8 A apresentação da proposta implica plena aceitação das condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e demais anexos, bem como o compromisso da licitante de executar integralmente os serviços de manutenção automotiva e fornecer as peças genuínas ou originais, nas quantidades e condições exigidas pela Administração.
- 5.9 As licitantes deverão observar os critérios de aceitabilidade de preços previstos neste Edital e na legislação aplicável às contratações públicas, sendo desclassificadas as propostas com preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com a execução integral do objeto.

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000
E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

5.10 O descumprimento, pelo contratado, das regras e condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e no contrato ensejará a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da apuração de responsabilidade pelos órgãos de controle competentes, observado o contraditório e a ampla defesa.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio do sistema eletrônico Licitanet, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2 As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.
- 6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes, sendo vedada a utilização de qualquer outro meio de comunicação durante a sessão.
- 6.4 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote, correspondente à soma dos valores totais de todos os itens das Planilhas de Serviços e de Produtos integrantes do lote em que a licitante concorrer.
- 6.6 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7 A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último lance por ela registrado no sistema.
- 6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de 0,10% (zero vírgula dez por cento) do valor do lote.
- 6.9 A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.
- 6.10 Caso a licitante não apresente lances durante a etapa competitiva, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.
- 6.11 O certame adotará o modo de disputa aberto, com apresentação de lances públicos e sucessivos, nos termos do art. 56, I, da Lei nº 14.133/2021.
 - 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão.
 - 6.11.2 A prorrogação automática será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 6.11.3 Não havendo novos lances, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
 - 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações, convocando as licitantes para apresentação de lances intermediários.
- 6.12 Encerrada a etapa de lances, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem crescente de classificação.
- 6.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do menor valor registrado, vedada a identificação das licitantes.
- 6.15 No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para recepção de lances.
- 6.16 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação aos participantes, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 6.17 Nos lotes em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, após a etapa de lances, será aplicada a preferência prevista nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
 - 6.17.1 As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

Secretaria Municipal de Saúde

- 6.17.2 A mais bem classificada terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática.
- 6.17.3 Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes nessa condição que se encontrem no intervalo de 5%, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.
- 6.17.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte no intervalo estabelecido, será realizado sorteio entre elas para identificar aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
 - 6.18.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate observará a seguinte ordem, nos termos do art. 60 da Lei nº 14.133/2021:
 - 6.18.1.1 disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 6.18.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual serão preferencialmente utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações;
 - 6.18.1.3 desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 6.18.1.4 desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, nos termos do Decreto nº 12.304/2024.
 - 6.18.2 Persistindo o empate após a aplicação dos critérios acima, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços fornecidos por:
 - 6.18.2.1 Empresas estabelecidas no Município de Maracumé/MA;
 - 6.18.2.2 Empresas brasileiras;
 - 6.18.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.18.2.4 empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
 - 6.18.3 Persistindo o empate após a aplicação de todos os critérios acima, a classificação far-se-á por sorteio, em ato público, nos termos do art. 60, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

7 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para contratação, conforme previsto neste Edital, no Termo de Referência e nos arts. 59, 60 e 64 da Lei nº 14.133/2021.
 - 7.1.1 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao valor máximo aceitável pela Administração ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 7.2 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços incompatíveis com os valores praticados no mercado ou que não demonstre viabilidade econômica para a execução do objeto, após eventual diligência promovida pelo pregoeiro.
- 7.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 7.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 7.5 O pregoeiro poderá convocar a licitante para apresentar documentos complementares, por meio do sistema eletrônico, no prazo estabelecido pelo pregoeiro no sistema eletrônico, sob pena de desclassificação da proposta.
 - 7.5.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes de findo o prazo.
 - 7.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação, destacam-se aqueles que comprovem as características das peças automotivas ofertadas e a capacidade técnica para a execução dos serviços, tais como catálogos, fichas técnicas, certificados de garantia, informações do fabricante

Secretaria Municipal de Saúde

- e demais documentos necessários à comprovação da conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência.
- 7.5.3 Por meio de mensagem no sistema, serão informados o local e o horário para eventual avaliação de amostras, sendo facultada a presença dos interessados.
- 7.5.4 A exigência de apresentação de amostras somente ocorrerá quando expressamente prevista no Termo de Referência, observados os critérios, prazos e condições nele estabelecidos
- 7.5.5 No caso de não apresentação da amostra, quando exigida, ou de atraso injustificado, a proposta será recusada.
- 7.5.5.1 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.5.5.2 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:
- 7.5.5.2.1 O critério de exame das amostras se restringe à verificação da conformidade do bem ofertado, confrontada com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho constantes no descritivo do Termo de Referência (Anexo I) e às informações técnicas prestadas pelo arrematante.
- 7.5.5.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta da licitante será recusada.
- 7.5.5.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente analisará a aceitabilidade da proposta ou do lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 7.5.5.5 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 7.5.5.6 Após a divulgação do resultado da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelas licitantes no prazo de 90 (noventa) dias, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 7.5.5.7 As licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 7.6 Se a proposta ou o lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.8 O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta à licitante classificada em primeiro lugar, visando à obtenção de proposta mais vantajosa.
- 7.8.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.
- 7.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.9 Nos lotes não exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, será verificada a ocorrência de empate ficto, conforme previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 7.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação da licitante, observado o disposto neste Edital.

8 DA FASE DE JULGAMENTO

- 8.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, especialmente quanto à inexistência de impedimentos para licitar e contratar com a Administração, nos termos do art. 14 da Lei federal nº 14.133/2021, da legislação correlata e do item 3.2.8 deste Edital, mediante consulta aos seguintes cadastros:
- 8.1.1 SICAF;
- 8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

- 8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 8.2 Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.2.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.2.2 Constatada a existência de sanção impeditiva ou de qualquer condição que impeça a participação da licitante no certame, sua proposta será desclassificada, prosseguindo-se com a análise da licitante subsequente.
- 8.3 Caso a licitante tenha se utilizado do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e das disposições deste Edital.
- 8.4 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto nº 04, de 12 de janeiro de 2024.
- 8.5 Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.5.1 conter vícios insanáveis;
- 8.5.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.5.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.5.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.5.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.6 No caso de bens e serviços em geral, serão considerados indícios de inexequibilidade valores significativamente inferiores aos preços praticados no mercado ou ao valor estimado pela Administração, devendo o Pregoeiro realizar diligência para verificar a viabilidade da proposta.
- 8.6.1 A inexequibilidade somente será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
- 8.6.1.1 que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.6.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.7 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.8 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários no Estudo Técnico Preliminar ou no Termo de Referência, a licitante classificada em primeiro lugar poderá ser convocada para apresentar Planilha de Custos por ela elaborada, com os respectivos valores ajustados ao valor final da proposta.
- 8.8.1 Eventuais erros formais na proposta poderão ser corrigidos pela licitante, mediante solicitação do Pregoeiro, desde que não haja alteração do valor final ofertado.
- 8.8.2 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.8.3 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.9 Para fins de análise da proposta, poderá ser solicitada manifestação técnica do setor requisitante ou da área especializada.

9 DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1 A análise da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:
- a) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- b) Documentação relativa à habilitação econômico-financeira;
- c) Documentação relativa à habilitação fiscal, social e trabalhista;
- d) Documentação relativa à qualificação técnica.

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

- 9.1.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no Portal de Compras Públicas, e ainda nos seguintes cadastros:
- 9.1.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- 9.1.1.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- 9.1.1.3 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).
- 9.1.2 Para fins de habilitação, será observado o preenchimento “sim ou não”, em campo próprio do sistema eletrônico, das declarações constantes nos subitens dos itens 4.4 e 4.5 deste Edital.
- 9.2 Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.
- 9.3 Caso os documentos não apresentem prazo de validade expresso, e não haja previsão legal específica, serão considerados válidos aqueles emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias da data da licitação.
- 9.4 O Pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.
- 9.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para realização de diligências, a sessão somente será reiniciada mediante aviso prévio no sistema, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

9.6 Da Habilitação Jurídica:

- 9.6.1 Registro comercial, no caso de empresário individual;
- 9.6.2 Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;
- 9.6.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.
- 9.6.3.1 A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.
- 9.6.4 A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.
- 9.6.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 9.6.6 Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.
- 9.6.7 As sociedades cooperativas deverão fornecer os seguintes documentos, de forma atualizada e consolidada:
- 9.6.7.1 Ato constitutivo;
- 9.6.7.2 Estatuto acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;
- 9.6.7.3 Regimento interno acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;
- 9.6.7.4 Regimentos dos fundos instituídos pelos cooperados acompanhados das atas das Assembleias que os aprovaram;
- 9.6.7.5 Atas das Assembleias Gerais em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros da cooperativa;
- 9.6.7.6 Registro de presença dos cooperados nas 03 (três) últimas Assembleias Gerais;
- 9.6.7.7 Ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto deste certame, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

Secretaria Municipal de Saúde

9.7 Da Habilitação Econômico-financeira:

- 9.7.1 Balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (demonstrações contábeis) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

- 9.7.2 A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores, das demonstrações contábeis do último exercício social.

- a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1 (um).

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

- b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1 (um).

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

- 9.7.2.1 Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

$$\begin{aligned} \text{ILC} & \dots\dots\dots \text{maior ou igual a } 1(\text{um}) \\ \text{ILG} & \dots\dots\dots \text{maior ou igual a } 1(\text{um}) \end{aligned}$$

- 9.7.3 Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e Demonstração do Resultado do Exercício que apresentem valores dos 2 (dois) últimos exercícios, conforme art. 176, § 1º da Lei 6.404/76 e inciso I do art. 69 da Lei federal nº 14.133/2021 e assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitida via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

- 9.7.3.1 Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

- 9.7.3.2 Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício.

- 9.7.3.3 Será exigido do consórcio licitante um acréscimo de 10% sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico-financeira, conforme o § 1º do art. 15 da Lei federal nº 14.133/2021.

- 9.7.4 Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante.

9.8 Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumê – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

- 9.8.1 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 9.8.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.
- 9.8.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.
- 9.8.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.8.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- 9.8.6 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;
- 9.8.6.1 Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, a licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.
- 9.8.7 Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- 9.8.8 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 9.8.9 Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei.
- 9.8.10 A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 9.8.10.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
- 9.8.10.2 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei federal nº 14.133/2021.

9.9 Da Qualificação Técnica:

- 9.9.1 Comprovação de aptidão para a prestação de serviços de manutenção automotiva e fornecimento de peças compatíveis com o objeto do lote em que a licitante concorrer, mediante apresentação de atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante.
- 9.9.2 Os atestados deverão demonstrar a execução de objeto compatível em características com o lote correspondente, observando:
 - a) para o Lote 1 — execução de serviços de manutenção mecânica e preventiva de veículos automotores, incluindo pelo menos dois dos sistemas contemplados no lote (freios, suspensão, direção, motor, transmissão ou arrefecimento);
 - b) para o Lote 2 — execução de serviços de manutenção elétrica, eletrônica ou diagnóstico de veículos automotores;
 - c) para o Lote 3 — execução de serviços de funilaria, pintura automotiva, solda, ar-condicionado ou troca de vidros automotivos.
- 9.9.3 Será admitida a apresentação de um ou mais atestados para fins de comprovação da capacidade técnica, podendo ser realizado o somatório dos documentos apresentados, inclusive de contratos executados de forma concomitante.

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

- 9.9.4 Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.
- 9.9.5 Os atestados deverão conter, no mínimo:
- identificação e qualificação da pessoa jurídica emitente;
 - nome e cargo do responsável pela emissão;
 - descrição dos serviços ou fornecimentos realizados;
 - período de execução;
 - meios de contato do emitente — telefone e/ou endereço eletrônico.
- 9.9.6 Quando emitidos por pessoa jurídica de direito público, os atestados deverão estar assinados pelo responsável do setor competente, com identificação do nome, cargo e matrícula funcional ou CPF.
- 9.9.7 Não serão aceitos atestados emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico da licitante, entendendo-se como tais aquelas que sejam controladoras, controladas, coligadas ou que possuam sócios ou administradores em comum.
- 9.9.8 Os documentos apresentados estarão sujeitos à verificação de autenticidade pela Administração, nos termos do art. 169, §3º, II, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas no art. 337-F do Código Penal.
- 9.9.9 A Administração poderá solicitar documentos complementares destinados à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, tais como cópia do contrato correspondente, notas fiscais, endereço atualizado da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos considerados necessários.
- 9.9.10 Não será exigida a comprovação cumulativa de autorizações relativas a atividades distintas daquelas efetivamente necessárias à prestação dos serviços e ao fornecimento das peças objeto da contratação, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.
- 9.10 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
 - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 9.11 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.12 Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.
- 9.13 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da licitante cuja proposta atenda ao Edital, após concluídos os procedimentos de que trata o item 9.12.

10 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1 Homologado o resultado da licitação, a licitante mais bem classificada terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 10.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da licitante mais bem classificada ou do fornecedor convocado, desde que:
- a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 10.3 As atas de registro de preços serão assinadas por meio de assinatura digital e disponibilizadas no sistema de registro de preços.
- 10.4 A assinatura da Ata de Registro de Preços será realizada por meio de assinatura eletrônica qualificada ou avançada, conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil ou sistema oficial de autenticação digital do Governo Federal (Gov.br).
- 10.5 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro dos lotes constantes no Termo de Referência, com a indicação da licitante vencedora, descrição dos itens, respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

- 10.6O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 10.7A existência de preços registrados implicará compromisso de execução dos serviços nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada e comprovada a vantagem, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 10.8Na hipótese de a convocada não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 11.1Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 11.1.1 das licitantes que aceitarem cotar o objeto com valor igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - 11.1.2 das licitantes que mantiverem sua proposta original
- 11.2Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação das licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 11.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.
 - 11.2.2 Para fins da ordem de classificação, as licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 11.3A habilitação das licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação das licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 11.3.1 Quando a licitante vencedora não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital;
 - 11.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 28 e 29 do Decreto Municipal nº 012/2024.
- 11.4Na hipótese de nenhuma das licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o preço máximo estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 11.4.1 convocar as licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de condição mais vantajosa para a Administração, desde que respeitado o preço máximo estimado e demonstrada a vantajosidade.
 - 11.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12 DOS RECURSOS

- 12.1A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 12.2O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, sendo iniciado após a admissão da intenção de recurso pelo Pregoeiro.
- 12.3Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:
- 12.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 12.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 20 (vinte) minutos.
 - 12.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 12.4Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 12.5O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.6Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

Secretaria Municipal de Saúde

- 12.7O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.8O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.9O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.maracacume.ma.gov.br/licitacaolista.php>.

13 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 13.1 Examinadas a aceitabilidade da proposta e a habilitação da licitante vencedora, o procedimento será encaminhado pelo Pregoeiro à autoridade competente para adjudicação e homologação.
- 13.2Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório quando o objeto possuir mais de um lote.

14 DA CONTRATAÇÃO

- 14.1O adjudicatário será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar o instrumento equivalente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, sob pena de decadência do direito à contratação e aplicação das sanções previstas neste edital.
- 14.2A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.
- 14.3Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos deste edital, a Administração Pública poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estas, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

15 DO PAGAMENTO

- 15.1As condições do pagamento estão estabelecidas no Anexo I- Termo de Referência

16 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 16.1As sanções administrativas incidentes estão estabelecidas no Anexo I- Termo de Referência

17 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 17.1Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.
- 17.2A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 17.3A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos e-mails maracacumelicitacao@gmail.com e/ou licitacao@maracacume.ma.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço na Sede do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Maracacumé, sediada na Avenida Dayse de Souza, s/n, Centro, Maracacumé – MA, CEP 65289-000;
- 17.4As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 17.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo.
- 17.5Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1Será divulgada a ata da sessão pública no sistema eletrônico.

Secretaria Municipal de Saúde

- 18.2 Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.
- 18.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 18.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 18.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.6 As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 18.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 18.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 18.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos, prevalecerão as disposições deste Edital. A publicidade deste Edital será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), disponível no endereço eletrônico: <https://pncp.gov.br/>, nos termos fixados no art. 54 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 18.10 O presente Edital também será publicado, em forma de AVISO, no Diário Oficial, bem como em jornal diário de grande circulação (art. 54, § 1º, da Lei federal nº 14.133, de 2021).
- 18.11 A íntegra do presente edital e seus anexos, bem como todos os documentos, os esclarecimentos, impugnações, atos decisórios do procedimento licitatório durante a FASE EXTERNA serão divulgados na Plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, e no sítio da internet do município de Maracumé, disponível no endereço eletrônico <https://www.maracacume.ma.gov.br/licitacaolista.php>.
- 18.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 18.12.1 Anexo I - Termo de Referência;
 - 18.12.2 Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;
 - 18.12.3 Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;
 - 18.12.4 Anexo IV – Minuta Contratual

Maracumé - MA, 10 de junho de 2026.

Luana Cristina Melo de Oliveira
Secretária Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção automotiva preventiva e corretiva e no fornecimento de peças e materiais automotivos genuínos ou originais para as ambulâncias da frota do Fundo Municipal de Saúde de Maracáçumê/MA, organizado em 3 (três) lotes distintos, por afinidade técnica e especialização:

- Lote 1 — Manutenção Mecânica e Preventiva: serviços de manutenção preventiva e corretiva mecânica, incluindo freios, suspensão, direção, motor, transmissão, arrefecimento e escapamento, com fornecimento dos produtos e peças vinculados à execução dos serviços (*Planilhas A1 e A2*);
- Lote 2 — Sistemas Elétricos, Eletrônicos e Sinalização: serviços de injeção eletrônica, diagnóstico, iluminação e manutenção da parte elétrica das ambulâncias, com fornecimento dos produtos e componentes vinculados (*Planilhas B1 e B2*);
- Lote 3 — Funilaria, Pintura, Solda, Ar-condicionado e Vidros: serviços de funilaria, pintura automotiva, solda, manutenção de ar-condicionado e troca de para-brisa, com fornecimento dos materiais e peças vinculados (*Planilhas C1 e C2*).

1.2 Cada lote é composto por duas planilhas vinculadas e indissociáveis:

- a) Planilha de Serviços (A1, B1 ou C1) — relaciona os serviços de manutenção a serem prestados, com respectivas unidades e quantitativos estimados;
- b) Planilha de Produtos (A2, B2 ou C2) — relaciona as peças, materiais e componentes automotivos genuínos ou originais diretamente vinculados à execução dos serviços da planilha correspondente, devendo ser fornecidos pela mesma contratada do lote.

1.3 Os serviços e fornecimentos objeto desta contratação caracterizam-se como serviços e bens comuns, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, justificando a adoção da modalidade Pregão Eletrônico.

1.4 O critério de julgamento será o de menor preço por lote, sendo a adjudicação realizada ao licitante que ofertar o menor valor global do lote, observado o preenchimento obrigatório dos preços unitários de cada item das Planilhas de Serviços e de Produtos integrantes do lote, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.

1.5 A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços — SRP, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, considerando que:

- a) as demandas são de natureza contínua, variável e de difícil previsão exata quanto aos quantitativos a serem contratados ao longo da vigência da Ata;
- b) a manutenção das ambulâncias depende de ocorrências não programáveis, como avarias, desgastes e falhas mecânicas imprevisíveis, inviabilizando a definição prévia e exata dos serviços e peças a contratar;
- c) o SRP permite atendimento imediato às necessidades de manutenção sem necessidade de licitação específica para cada demanda, assegurando a disponibilidade contínua da frota para atendimento às urgências e emergências médicas da população de Maracáçumê/MA.

1.6 Os fornecimentos e serviços serão executados de forma parcelada, conforme a necessidade do Fundo Municipal de Saúde, mediante emissão de Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento pelo setor competente, sendo vedado o fornecimento de peças e materiais desvinculado da correspondente prestação de serviço do mesmo lote, salvo autorização expressa e fundamentada da Administração.

1.7 A presente contratação não implicará obrigação de aquisição ou contratação integral dos quantitativos estimados, sendo facultado à Administração realizar as contratações conforme sua necessidade, respeitados os limites registrados em Ata, nos termos do art. 82, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

1.8 A licitação será realizada em 3 (três) lotes, com adjudicação por lote e preenchimento de preços unitários por item em cada planilha, visando ampliar a competitividade, permitir a participação de empresas especializadas em diferentes segmentos da manutenção automotiva e obter a proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 40, II, da Lei nº 14.133/2021.

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracáçumê – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

1.9 Os fornecimentos e serviços deverão ser executados em estrita observância às especificações técnicas, padrões de qualidade, prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, sendo de exclusiva responsabilidade da contratada a qualidade e a adequação dos materiais, peças e serviços fornecidos, incluindo a garantia das peças instaladas conforme especificações dos fabricantes dos veículos.

1.10 As peças e materiais automotivos fornecidos deverão ser obrigatoriamente genuínos ou originais da marca do fabricante do veículo, conforme definições da ABNT NBR 15.296/2005, sendo expressamente vedado o fornecimento de peças similares, recondicionadas, paralelas ou de procedência desconhecida, nos termos do item 4.1.2 deste Termo de Referência.

1.11 Poderão participar do certame pessoas jurídicas que atendam às exigências deste Termo de Referência, do Edital e da legislação vigente, especialmente quanto à qualificação técnica, regularidade fiscal e capacidade operacional compatível com o objeto do lote em que concorrem, sendo facultada a participação em um, dois ou nos três lotes, conforme a especialização da licitante.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Da Sustentabilidade Ambiental (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e Lei nº 12.305/2010)

4.1.1 A Contratada deverá adotar práticas de coleta e destinação ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados durante a execução dos serviços, incluindo óleos lubrificantes usados, filtros, baterias, fluidos de freio e arrefecimento, embalagens de produtos químicos e demais resíduos automotivos, conforme:

- a) Lei Federal nº 12.305/2010 — Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- b) Resolução CONAMA nº 362/2005 — destinação de óleos lubrificantes usados e contaminados;
- c) Resolução CONAMA nº 401/2008 — destinação de baterias e acumuladores;

d) demais resoluções CONAMA e normas ambientais aplicáveis à atividade de manutenção automotiva.

4.1.2 As peças fornecidas deverão ser genuínas ou originais da marca do fabricante do veículo, conforme definições da ABNT NBR 15.296/2005, sendo expressamente vedado o fornecimento de:

- a) peças similares, mesmo que classificadas como de 1ª linha;
- b) peças recondicionadas ou remanufaturadas;
- c) peças paralelas não homologadas pelo fabricante do veículo;
- d) peças de procedência desconhecida ou sem nota fiscal de concessionária ou distribuidor autorizado.

4.1.3 A Contratada deverá observar a legislação de proteção ao meio ambiente durante o transporte de insumos, materiais e veículos, adotando medidas preventivas para evitar derramamentos, contaminações de solo e de recursos hídricos.

4.1.4 A Contratada deverá manter, em suas instalações, local adequado e segregado para armazenamento temporário de resíduos perigosos gerados na execução dos serviços, com identificação e acondicionamento conforme normas da ABNT e legislação ambiental vigente.

4.2 Da Vedação de Indicação de Marcas ou Modelos

4.2.1 Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas ou modelos específicos de fornecedores de peças, devendo os itens ser genuínos ou originais, compatíveis com a marca e o modelo dos veículos da frota municipal, atendendo rigorosamente às especificações técnicas definidas pelo fabricante do veículo, nos termos da ABNT NBR 15.296/2005.

4.2.2 Não serão aceitas:

- a) peças similares, de 1ª linha, de 2ª linha ou de procedência diversa da rede do fabricante do veículo;

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

- b) peças reconcondicionadas ou remanufaturadas;
- c) peças paralelas não homologadas pelo fabricante;
- d) peças que comprometam a segurança, o desempenho, a garantia de fábrica ou a durabilidade dos veículos da frota.

4.3 Da Exigência de Amostra

4.3.1 Havendo aceite da proposta quanto ao valor, a licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar poderá ser convocado a apresentar amostra de peças, quando solicitado pela Administração, para verificação de conformidade com as especificações exigidas.

4.3.2 Em caso de exigência de amostras, serão avaliados:

- a) a compatibilidade da peça com a marca e o modelo específico dos veículos da frota municipal;
- b) as especificações técnicas do fabricante do veículo para o componente correspondente;
- c) a presença de certificações aplicáveis — INMETRO, ABNT ou equivalente;
- d) a qualidade dos materiais e acabamentos;
- e) a conformidade com as definições de peça genuína ou original estabelecidas pela ABNT NBR 15.296/2005, com apresentação de catálogo técnico, nota fiscal de concessionária ou distribuidor autorizado, ou documento equivalente que comprove a genuinidade ou originalidade da peça.

4.3.3 As amostras deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Saúde de Maracáçumé/MA, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da convocação, podendo ser prorrogado mediante solicitação fundamentada apresentada antes de findo o prazo.

4.3.4 A não entrega da amostra no prazo, o atraso sem justificativa aceita pela Administração ou a entrega de amostra fora das especificações previstas implicará a recusa da proposta e a convocação da licitante subsequente na ordem de classificação.

4.3.5 Os resultados das avaliações de amostras serão divulgados por mensagem em campo próprio do sistema eletrônico utilizado para a realização do certame.

4.4 Da Carta de Solidariedade

4.4.1 A exigência de carta de solidariedade do fabricante não será obrigatória, podendo ser solicitada apenas em situações excepcionais, devidamente justificadas pela Administração, quando houver risco à qualidade ou à procedência das peças fornecidas, especialmente em itens críticos à segurança veicular, como componentes dos sistemas de freios, direção e suspensão.

4.5 Da Subcontratação

4.5.1 É vedada a subcontratação total do objeto de qualquer lote.

4.5.2 É permitida a subcontratação parcial, limitada a até 30% (trinta por cento) do valor total de cada lote, desde que previamente autorizada pela Administração, mediante apresentação de documentação de habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista da subcontratada.

4.5.3 Não será admitida a subcontratação das parcelas principais de cada lote, assim entendidas:

- Lote 1: serviços de motor, transmissão, embreagem e sistema de arrefecimento;
- Lote 2: diagnóstico eletrônico e manutenção da parte elétrica específica das ambulâncias;
- Lote 3: serviços de funilaria e pintura automotiva.

4.5.4 Em nenhuma hipótese será admitida a subcontratação do fornecimento de peças essenciais à segurança veicular, especialmente componentes dos sistemas de freios, direção e suspensão.

4.5.5 Em qualquer hipótese, a Contratada permanecerá integralmente responsável pela execução do contrato, respondendo solidariamente com a subcontratada perante a Administração por todos os atos e omissões praticados no âmbito da subcontratação, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

4.5.6 A subcontratação depende de autorização prévia e expressa do Contratante, sendo vedada a subcontratação de pessoa jurídica que mantenha vínculo com dirigente do órgão contratante ou com agente público envolvido na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021.

4.6 Da Garantia da Contratação

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracáçumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

4.6.1 Não haverá exigência de garantia da contratação nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, em razão da natureza do objeto, da modalidade de registro de preços adotada e da inexistência de complexidade que justifique o ônus à licitante.

4.7 Da Reserva de Cotas para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

4.7.1 Será aplicada reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para microempresas e empresas de pequeno porte exclusivamente em relação aos itens de natureza divisível, desde que técnica e economicamente viável, observadas as disposições dos arts. 47 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

4.7.2 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.7.3 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.8 Da Margem de Preferência

4.8.1 Não se aplica margem de preferência à presente contratação, por não haver enquadramento nas hipóteses previstas na legislação vigente.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Das Condições Gerais de Execução

5.1.1 A execução do objeto ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade do Fundo Municipal de Saúde de Maracumê/MA, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mediante emissão de:

- a) Ordem de Serviço — para os serviços de manutenção das Planilhas A1, B1 e C1;
- b) Autorização de Fornecimento — para as peças e materiais das Planilhas A2, B2 e C2, vinculadas ao serviço correspondente do mesmo lote.

5.1.2 O fornecimento de peças e materiais das Planilhas A2, B2 e C2 somente poderá ser requisitado em conjunto com a execução do serviço vinculado na planilha correspondente do mesmo lote, sendo vedada a solicitação de peças de forma isolada, salvo autorização expressa e fundamentada do Gestor do Contrato.

5.1.3 Antes do início de qualquer intervenção, a Contratada deverá elaborar laudo técnico prévio descrevendo os defeitos constatados, os serviços a executar e as peças a substituir, com indicação de valores, submetendo-o à aprovação do Gestor do Contrato. Nenhum serviço poderá ser iniciado sem autorização formal, nos termos do art. 39, VIII, da Lei Federal nº 8.078/1990.

5.1.4 Os serviços de manutenção deverão ser executados na oficina da Contratada, devidamente equipada com ferramental e equipamentos compatíveis com os veículos da frota municipal, ou em local por ela indicado e previamente aprovado pela Administração.

5.1.5 A Contratada deverá retirar e devolver os veículos nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, sem ônus de transporte para a Administração. Em casos emergenciais em que o veículo estiver imobilizado em via pública ou em local diverso, a Contratada deverá providenciar o serviço de reboque ou guincho em até 4 (quatro) horas após a solicitação, sem custo adicional para a Administração.

5.1.6 As peças e materiais automotivos deverão ser entregues no endereço da Secretaria Municipal de Saúde ou no local indicado na Autorização de Fornecimento, acompanhados de nota fiscal que identifique marca, modelo, número de série quando aplicável e procedência do fabricante, como condição para pagamento.

5.1.7 Os serviços deverão ser realizados de acordo com os padrões técnicos de Tempo Padrão de Reparos — TPR estabelecidos pelo fabricante do veículo, não sendo admitida a cobrança de horas superiores às fixadas pelo fabricante para cada serviço. Caso determinado serviço não possua TPR definido pelo fabricante, será considerado o tempo informado pela Contratada no laudo técnico prévio, desde que aceito e autorizado formalmente pelo Gestor do Contrato.

5.1.8 A Contratada deverá dar prioridade de execução aos serviços nos veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde de Maracumê/MA, visando à redução dos tempos de imobilização e à garantia da continuidade do atendimento às emergências médicas da população.

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumê – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

5.1.9 Concluída cada intervenção, a Contratada deverá realizar teste de rodagem e verificação completa do sistema reparado, incluindo leitura de códigos de falhas por scanner e confirmação do funcionamento normal de todos os sistemas embarcados, antes da devolução do veículo à Administração, emitindo relatório técnico do teste realizado.

5.2 Da Descrição Detalhada dos Serviços por Lote

5.2.1 LOTE 1 — MANUTENÇÃO MECÂNICA E PREVENTIVA

5.2.1.1 Manutenção Preventiva (Planilha A1 — Grupo 1)

Compreende os serviços de controle funcional dos veículos com ocorrência em intervalos regulares de quilometragem percorrida ou tempo de utilização, conforme recomendações do fabricante e normas da ABNT, incluindo:

- Revisão preventiva geral: inspeção completa de todos os sistemas do veículo; verificação de níveis de fluidos (óleo, arrefecimento, direção hidráulica e freio); inspeção de pneus, luzes, faróis, lanternas, setas e luzes de emergência; verificação da parte elétrica e do funcionamento geral; elaboração de relatório de condições do veículo;
- Troca de óleo e filtros: substituição de óleo lubrificante do motor por óleo genuíno conforme especificação do fabricante; substituição simultânea dos filtros de óleo, ar e combustível; descarte ambientalmente adequado do óleo usado conforme Resolução CONAMA nº 362/2005;
- Alinhamento e balanceamento: alinhamento de direção com uso de equipamento computadorizado; balanceamento de todos os pneus; verificação do desgaste dos pneus e emissão de laudo técnico;
- Cambagem: verificação e regulagem do ângulo de cambagem das rodas; correção dos ângulos de convergência e divergência conforme especificações do fabricante;
- Troca de correias: substituição da correia dentada, correia do alternador e tensores/esticadores associados conforme intervalo recomendado pelo fabricante; verificação do estado da bomba d'água quando da troca da correia dentada.
- verificação da validade e condições do extintor de incêndio; conferência dos equipamentos obrigatórios (triângulo, estepe, macaco e chave de roda); checagem de martelinhos de emergência, iluminação de emergência e saída de emergência do compartimento de atendimento da ambulância, quando aplicável.

5.2.1.2 Manutenção Corretiva Mecânica (Planilha A1 — Grupo 2)

Compreende os serviços de reparação, desmontagem, substituição e ajuste de componentes mecânicos com defeito ou desgaste além do limite admissível, incluindo:

- Serviços de freios: desmontagem, inspeção e substituição de pastilhas, discos, lonas, cilindros de roda, bomba de freio, pinças, flexíveis e servo freio; sangria completa e substituição de fluido de freio; ajuste e regulagem do sistema; verificação do sensor de ABS;
- Serviços de suspensão: substituição de amortecedores dianteiros e traseiros, buchas, pivôs, molas, bandejas, rolamentos de roda e batentes; verificação e regulagem da geometria da suspensão após intervenção;
- Serviços de direção: substituição de terminais, caixa de direção, bomba de direção hidráulica e mangueiras; sangria e substituição de fluido; verificação de folgas e colete da direção;
- Serviços de motor: desmontagem, retífica, reparo, montagem e ajuste de motores a combustão movidos a gasolina, álcool ou diesel; substituição de bicos injetores e bomba de combustível; regulagem de injeção e ignição; verificação de compressão dos cilindros;
- Serviços de transmissão e embreagem: desmontagem, reparo e montagem de câmbio mecânico e/ou automático; substituição de kit de embreagem completo (platô, disco e rolamento); substituição de semi eixo, juntas homocinéticas e retentores; substituição de óleos de transmissão e diferencial;
- Sistema de arrefecimento: substituição de bomba d'água, bomba de óleo, radiador, mangueiras, válvula termostática, reservatório de expansão e sensor de temperatura; substituição de aditivo; verificação de vazamentos e pressurização do sistema;
- Serviços de escapamento: reparo e substituição de componentes do sistema de escapamento — catalisador, silencioso, tubulações e flanges; verificação de vazamentos e fixações;
- Instalação e substituição de peças diversas: apoio técnico a corretivas diversas com instalação de peças e componentes; desmontagem de componentes para acesso a outros sistemas; reapertos gerais e ajustes.

5.2.2 LOTE 2 — SISTEMAS ELÉTRICOS, ELETRÔNICOS E SINALIZAÇÃO

- Serviços de injeção e elétrica veicular: diagnóstico e reparo do sistema de injeção eletrônica; identificação e substituição de sensores defeituosos (rotação, MAP/MAF, ABS, temperatura e demais sensores eletrônicos);

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

reparo e substituição de chicote elétrico; substituição de alternador, motor de partida e bateria automotiva; substituição de fusíveis e relés; reparo de curtos-circuitos e falhas de isolamento;

- b) Diagnóstico eletrônico (scanner): conexão de scanner automotivo compatível com os modelos da frota; leitura, interpretação e registro de todos os códigos de falha; identificação de falhas intermitentes; apagamento de falhas após reparo confirmado; emissão de relatório técnico com os resultados do diagnóstico;
- c) Manutenção do sistema de iluminação: substituição de lâmpadas, conjuntos de farol, lanternas traseiras, luzes de freio, marcha a ré, setas e luzes de emergência; verificação e reparo de toda a fiação do sistema de iluminação; regulagem dos faróis conforme normas do CONTRAN;
- d) Manutenção da parte elétrica da ambulância: manutenção e substituição de componentes elétricos da parte assistencial e interna da ambulância, incluindo iluminação do compartimento de atendimento, tomadas e equipamentos elétricos internos; substituição e regulagem de giroflex, barra sinalizadora luminosa e sirene eletrônica; verificação do sistema elétrico de comunicação.

5.2.3 LOTE 3 — FUNILARIA, PINTURA, SOLDA, AR-CONDICIONADO E VIDROS

- a) Serviço de funilaria: conserto e reparação de avarias na carroceria — endireitamento de painéis, portas, para-lamas e para-choques; substituição de retrovisores, para-choques, fechaduras de porta e máquinas de vidro elétrico quando necessário; verificação e correção de folgas e alinhamento de portas e painéis;
- b) Serviço de pintura automotiva: preparação de superfície com aplicação de massa corrida, lixamento e primer; pintura de retoque ou de painéis completos avariados; tingimento e combinação de cores com a cor original do veículo, incluindo identidade visual das ambulâncias; aplicação de verniz e acabamentos; recomposição de adesivos e identificações oficiais quando necessário;
- c) Serviço de solda automotiva: reparos estruturais localizados em chassi, carroceria e demais componentes metálicos por meio de solda MIG/MAG, elétrica ou oxiacetilênica; reforços estruturais em pontos críticos; acabamento e tratamento anticorrosivo nas áreas soldadas;
- d) Manutenção de ar-condicionado automotivo: manutenção preventiva com limpeza do sistema, verificação de pressões e desempenho térmico; manutenção corretiva com substituição de compressor, condensador, filtro secador e demais componentes defeituosos; recarga de gás refrigerante conforme especificação do fabricante; verificação e correção de vazamentos;
- e) Troca de para-brisa: remoção do para-brisa danificado com ferramental adequado; aplicação de primer e cola estrutural automotiva conforme normas do fabricante; instalação de para-brisa genuíno ou original compatível com o modelo do veículo; cura mínima conforme especificação do fabricante antes da liberação; substituição de palhetas e motor do limpador quando necessário.

5.3 Das Disposições Operacionais Comuns a Todos os Lotes

5.3.1 A Contratada deverá efetuar vistoria prévia em cada veículo antes do início de qualquer intervenção, conforme item 5.1.3, elaborando laudo técnico submetido à aprovação do Gestor do Contrato.

5.3.2 As revisões periódicas deverão observar as recomendações do fabricante do veículo e as normas prescritas pela ABNT, especialmente a ABNT NBR 15.296/2005.

5.3.3 A Contratada deverá executar limpeza e lavagem completa dos componentes substituídos, bem como desinfecção do compartimento de atendimento das ambulâncias sempre que houver intervenção no interior do veículo, devendo ainda apor os devidos registros no manual do veículo indicando a revisão efetuada, com data, quilometragem e assinatura do responsável técnico.

5.3.4 Em caso de necessidade de guincho ou socorro mecânico emergencial, a Contratada deverá disponibilizar o serviço em até 4 (quatro) horas após a solicitação, assegurando a continuidade operacional da frota.

5.3.5 Todos os serviços deverão ser prestados em rigorosa conformidade com as normas da ABNT, recomendações dos fabricantes, normas do INMETRO e demais legislações aplicáveis, especialmente o art. 39, VIII, da Lei Federal nº 8.078/1990.

5.4 Dos Prazos de Execução e Entrega

5.4.1 Os prazos para execução dos serviços e entrega de peças serão os seguintes:

Tipo de demanda	Prazo máximo	Contagem
Manutenção preventiva	48 (quarenta e oito) horas	Da emissão da Ordem de Serviço

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

Manutenção corretiva comum	72 (setenta e duas) horas	Da emissão da Ordem de Serviço
Manutenção corretiva emergencial	24 (vinte e quatro) horas	Da emissão da Ordem de Serviço
Reboque / guincho emergencial	4 (quatro) horas	Da solicitação
Fornecimento de peças — prazo normal	5 (cinco) dias úteis	Da Autorização de Fornecimento
Fornecimento de peças — urgência	24 (vinte e quatro) horas	Da Autorização de Fornecimento com justificativa

5.4.2 Considera-se emergencial a manutenção corretiva que comprometa a operação da ambulância para atendimento de urgências e emergências médicas, devendo a CONTRATADA ser comunicada imediatamente pelo Gestor do Contrato com indicação expressa do caráter emergencial da demanda.

5.4.3 O descumprimento dos prazos ensejará a aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência e no Edital, sem prejuízo da responsabilidade pelos danos causados à continuidade dos serviços de saúde.

5.5 Do Local de Execução e Entrega

5.5.1 Os serviços de manutenção deverão ser prestados na oficina da Contratada, localizada em distância compatível com a operação da frota, a ser verificada pela Administração no momento da habilitação.

5.5.2 A Secretaria Municipal de Saúde de Maracáçumê/MA indicará, em cada Autorização de Fornecimento, o endereço para entrega das peças e materiais automotivos, que poderá ser a sede da Secretaria ou outro local previamente comunicado.

6. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1 Das Disposições Gerais

6.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.3 As comunicações entre a Administração e a Contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, com registro e arquivamento nos autos do processo.

6.1.4 Após a assinatura do contrato, a Administração poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial de mobilização, na qual serão apresentados o plano de fiscalização, as obrigações contratuais, os mecanismos de acompanhamento, as estratégias para execução do objeto, o método de aferição dos resultados e as sanções aplicáveis.

6.2 Da Fiscalização do Contrato

6.2.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, designados pela Administração, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.2 Fiscalização Técnica

O Fiscal Técnico do contrato:

- acompanhará a execução dos serviços de manutenção e o fornecimento de peças, verificando o cumprimento de todas as condições estabelecidas no Termo de Referência, especialmente quanto à qualidade dos serviços, genuinidade e originalidade das peças fornecidas, prazos de execução e conformidade com as especificações técnicas da ABNT NBR 15.296/2005 e do fabricante do veículo;
- aprovará o laudo técnico prévio apresentado pela Contratada antes de cada intervenção, autorizando formalmente o início dos serviços;
- verificará a compatibilidade das peças fornecidas com os veículos da frota, exigindo a apresentação de nota fiscal de concessionária ou distribuidor autorizado como comprovação de genuinidade ou originalidade;
- anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com descrição do que for necessário para regularização de faltas ou defeitos observados;

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracáçumê – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

- e) emitirá notificações para correção da execução, determinando prazo para regularização sempre que identificar inexatidão ou irregularidade;
- f) informará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, toda situação que demandar decisão ou medidas que ultrapassem sua competência;
- g) comunicará ao Gestor do Contrato o término do contrato, com vistas à renovação tempestiva ou eventual prorrogação contratual.

6.2.3 Fiscalização Administrativa

O Fiscal Administrativo do contrato:

- a) verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada durante toda a vigência contratual, incluindo regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- b) acompanhará o empenho, liquidação, pagamento, eventuais glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, solicitando documentos comprobatórios quando necessário;
- c) conferirá as Ordens de Serviço e Autorizações de Fornecimento emitidas, verificando a correspondência com os serviços executados e as peças entregues;
- d) atuará tempestivamente na solução de descumprimentos contratuais, reportando ao Gestor do Contrato para adoção das providências cabíveis;
- e) registrará ocorrências e acompanhará as correções exigidas, mantendo arquivo atualizado de toda a documentação contratual.

6.2.4 Gestor do Contrato

Caberá ao Gestor do Contrato:

- a) coordenar o acompanhamento e a fiscalização do contrato, mantendo atualizado o histórico de gerenciamento com registros formais da execução;
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais e as medidas adotadas;
- c) verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada;
- d) emitir documento comprobatório da avaliação do desempenho da Contratada, com base nos indicadores definidos e nas obrigações assumidas;
- e) adotar providências para instauração de processo administrativo de responsabilização quando necessário, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021;
- f) elaborar relatório final da execução contratual com informações sobre os resultados alcançados;
- g) encaminhar a documentação necessária ao setor competente para fins de liquidação e pagamento.

6.2.5 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto, não implicando corresponsabilidade da Administração.

6.3 Das Obrigações da CONTRATANTE

Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) designar formalmente o Gestor do Contrato, o Fiscal Técnico e o Fiscal Administrativo, comunicando à Contratada os respectivos dados de contato;
- b) emitir as Ordens de Serviço e as Autorizações de Fornecimento de forma clara e tempestiva, com identificação do veículo, do serviço ou peça solicitada, do prazo de execução e do local de entrega;
- c) aprovar ou recusar, de forma fundamentada e no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, o laudo técnico prévio apresentado pela Contratada antes de cada intervenção;
- d) disponibilizar os veículos da frota nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde nos prazos combinados para retirada pela Contratada;
- e) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos previstos no contrato, mediante apresentação da documentação fiscal exigida;
- f) notificar a Contratada, por escrito, sobre irregularidades, falhas ou desconformidades identificadas na execução do objeto, fixando prazo para regularização;
- g) fornecer à Contratada todas as informações necessárias à perfeita execução do contrato, incluindo histórico de manutenção dos veículos, quando disponível;
- h) fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais, anotando no histórico de gerenciamento as ocorrências verificadas;

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

- i) aplicar as sanções previstas em lei e no contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021;
- j) zelar pela conservação dos veículos durante o período em que estiverem nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, aguardando retirada pela Contratada.

6.4 Das Obrigações da CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) executar os serviços e fornecer as peças em estrita conformidade com as especificações técnicas deste Termo de Referência, do Edital e do contrato, com toda a diligência e técnica necessárias;
- b) fornecer exclusivamente peças genuínas ou originais da marca do fabricante do veículo, conforme ABNT NBR 15.296/2005, sendo vedado o fornecimento de peças similares, reconcondicionadas ou paralelas;
- c) elaborar laudo técnico prévio para cada intervenção, com descrição dos defeitos, serviços a executar, peças a substituir e valores estimados, aguardando aprovação formal do Fiscal Técnico antes do início dos trabalhos, nos termos do art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/1990;
- d) cumprir rigorosamente os prazos de execução e entrega estabelecidos no item 5.4 deste Termo de Referência;
- e) retirar e devolver os veículos nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde sem ônus de transporte para a Administração;
- f) disponibilizar serviço de reboque ou guincho emergencial em até 4 (quatro) horas após a solicitação, sem custo adicional para a Administração;
- g) apresentar nota fiscal detalhada de cada serviço executado e peça fornecida, com identificação de marca, modelo, procedência e número de série quando aplicável, como condição para pagamento;
- h) devolver à Administração as peças substituídas juntamente com a nota fiscal do serviço, salvo quando descartadas com autorização prévia do Fiscal Técnico;
- i) responsabilizar-se pelo recolhimento e destinação ambientalmente adequada dos materiais, fluidos e peças substituídos, conforme Lei nº 12.305/2010 e resoluções CONAMA aplicáveis;
- j) executar limpeza e lavagem completa dos componentes substituídos e desinfecção do compartimento de atendimento das ambulâncias sempre que houver intervenção no interior do veículo;
- k) substituir, às suas expensas, quaisquer peças que apresentem defeito de fabricação, vício oculto ou desconformidade dentro do prazo de garantia, bem como reexecutar os serviços que apresentarem falhas decorrentes de má execução;
- l) manter canal de comunicação permanente com o Fiscal do Contrato durante o horário comercial, com atendimento responsivo para situações emergenciais, inclusive fora do horário comercial;
- m) manter, em suas instalações, local adequado e segregado para armazenamento temporário de resíduos perigosos gerados na execução dos serviços, com identificação e acondicionamento conforme normas da ABNT e legislação ambiental vigente;
- n) manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação exigidas no processo licitatório, nos termos do art. 92, XVI, da Lei nº 14.133/2021, comunicando à Administração qualquer alteração que possa comprometer sua regularidade;
- o) não subcontratar o objeto do contrato total ou parcialmente sem prévia autorização da Administração, observados os limites e condições estabelecidos no item 4.5 deste Termo de Referência;
- p) não ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato;
- q) responder por todos os danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do objeto, não sendo excluída nem reduzida essa responsabilidade pela fiscalização exercida pela Administração;
- r) guardar sigilo sobre dados, informações e documentos da Administração de que tiver conhecimento em razão da execução do contrato;
- s) cumprir as normas de saúde, segurança e medicina do trabalho aplicáveis à execução dos serviços, fornecendo EPIs adequados aos seus empregados;
- t) não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Administração ou de agente público que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021.
- u) manter, durante toda a vigência contratual, seguro de responsabilidade civil contra danos materiais, incêndio, roubo, furto e quaisquer eventos que possam causar prejuízo aos veículos do Contratante

Secretaria Municipal de Saúde

- enquanto estiverem sob sua guarda nas dependências da oficina ou durante deslocamentos promovidos pela própria Contratada, apresentando comprovação da apólice quando solicitado;
- v) responsabilizar-se integralmente pela integridade dos veículos enquanto estiverem sob sua guarda, respondendo pelo ressarcimento integral de quaisquer danos causados, inclusive em caso de sinistro com perda total, independentemente de culpa ou dolo.

7. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Das Infrações

7.1.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a CONTRATADA que, com dolo ou culpa:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;
- f) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, especialmente quando:
 - f.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - f.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - f.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - f.4) deixar de apresentar amostra quando solicitada;
 - f.5) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital.
- g) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação;
- j) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- k) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, especialmente quando:
 - k.1) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - k.2) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - k.3) apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 — Lei Anticorrupção.

7.2 Das Sanções Aplicáveis

7.2.1 Com fundamento nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à licitante ou à Contratada as seguintes sanções, inclusive de forma cumulativa, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.2.2 A sanção de advertência será aplicada quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato — infração prevista na alínea "a" do item 7.1.1 —, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.2.3 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações previstas nas alíneas "d", "e", "f" e "g" do item 7.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo ao qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000
E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

7.2.4 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações previstas nas alíneas "b", "c", "h", "i", "j", "k", "l" e "m" do item 7.1.1, bem como pelas infrações das alíneas "d", "e", "f" e "g" que justifiquem penalidade mais grave, com duração observada nos termos do art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.3 Das Multas

7.3.1 As multas aplicáveis são as seguintes, incidentes sobre o valor do contrato ou do lote licitado:

Infração	Modalidade	Percentual
Alínea "d" — atraso injustificado	Moratória	0,5% por dia sobre a parcela inadimplida, até o limite de 10%
Alínea "a" — inexecução parcial	Compensatória	5% do valor do contrato
Alínea "b" — inexecução parcial grave	Compensatória	10% a 15% do valor do contrato
Alíneas "e", "f", "g" — documentação/proposta	Compensatória	0,5% a 15% do valor do contrato
Alínea "c" — inexecução total	Compensatória	20% do valor do contrato
Alíneas "h", "i", "j", "k", "l", "m" — fraude/inidoneidade	Compensatória	15% a 30% do valor do contrato

7.3.2 A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.3.3 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas neste item e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão promotor da licitação.

7.3.4 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com aplicação cumulada de outras sanções.

7.3.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada dos pagamentos devidos, da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

7.3.6 Os débitos da Contratada decorrentes de multas ou indenizações poderão ser compensados com créditos devidos pela Administração, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.

7.4 Disposições sobre a Aplicação das Sanções

7.4.1 Na aplicação das sanções serão considerados, nos termos do art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021:

I — a natureza e a gravidade da infração cometida;

II — as peculiaridades do caso concreto;

III — as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV — os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V — a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, nos termos do Decreto nº 12.304/2024.

7.4.2 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

7.4.3 A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.5 Do Processo Administrativo

7.5.1 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observando o procedimento previsto nos arts. 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021.

7.5.2 As notificações poderão ser enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial ou cadastrados no SICAF, sendo considerados de uso contínuo, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles enviadas.

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

7.5.3 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.5.4 Para aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, será instaurado processo de responsabilização conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

7.5.5 Serão indeferidas, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

7.5.6 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

7.6 Dos Recursos

7.6.1 Caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.6.2 Caberá pedido de reconsideração da sanção de declaração de inidoneidade no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do seu recebimento.

7.6.3 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.7 Outras Disposições

7.7.1 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente.

7.7.2 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, estendendo-se todos os efeitos das sanções aplicadas aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.7.3 A Administração deverá informar as sanções aplicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas — CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas — CNEP, bem como no SICAF, quando aplicável.

7.8 Da Reabilitação

7.8.1 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021, exigidos cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos.

7.8.2 A reabilitação nas infrações previstas nas alíneas "i", "j" e "m" do item 7.1.1 exigirá, como condição adicional, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável, nos termos do Decreto nº 12.304/2024.

8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 Da Medição dos Serviços

8.1.1 A medição dos serviços executados e das peças fornecidas será realizada mensalmente, com base nas Ordens de Serviço e Autorizações de Fornecimento efetivamente concluídas e atestadas pelo Fiscal Técnico do contrato no período, observadas as seguintes condições:

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000
E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

- a) somente serão medidos os serviços efetivamente executados e as peças efetivamente entregues, após o recebimento definitivo pelo Fiscal Técnico;
- b) cada Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento deverá ser individualmente atestada pelo Fiscal Técnico antes de ser incluída na medição mensal;
- c) os serviços reexecutados ou peças substituídas dentro do prazo de garantia, por defeito ou desconformidade, não gerarão crédito adicional em favor da Contratada.

8.1.2 A medição será apurada pelo Fiscal Técnico com base nos seguintes documentos:

- a) Ordens de Serviço e Autorizações de Fornecimento emitidas e atestadas no período;
- b) laudos técnicos prévios aprovados e relatórios de execução emitidos pela Contratada;
- c) notas fiscais das peças fornecidas, com identificação de marca, modelo, procedência e número de série quando aplicável;
- d) registros de entrega e devolução dos veículos, com indicação de data, horário e quilometragem;
- e) relatórios de teste pós-reparo emitidos pela Contratada.

8.1.3 Não serão objeto de medição e pagamento:

- a) serviços executados sem prévia emissão e aprovação de Ordem de Serviço pelo Gestor do Contrato;
- b) peças fornecidas sem Autorização de Fornecimento correspondente;
- c) peças que não comprovem genuinidade ou originalidade conforme a ABNT NBR 15.296/2005;
- d) serviços reexecutados ou peças substituídas em razão de má execução ou vício dentro do prazo de garantia;
- e) horas de serviço superiores ao Tempo Padrão de Reparos — TPR estabelecido pelo fabricante do veículo para cada procedimento.

8.2 Do Recebimento do Objeto

8.2.1 Os serviços executados e as peças fornecidas serão recebidos em duas etapas, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

I — Recebimento provisório: no ato da devolução do veículo após a execução dos serviços ou da entrega das peças, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo Fiscal Técnico do contrato, para verificação sumária de conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

II — Recebimento definitivo: no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificação técnica completa da qualidade, quantidade e conformidade dos serviços executados e das peças fornecidas, mediante atesto formal do Fiscal Técnico.

8.2.2 Para contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite previsto no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis.

8.2.3 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais, especialmente quanto à genuinidade ou originalidade das peças fornecidas.

8.2.4 Os serviços ou peças poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações do Termo de Referência e da proposta, devendo a Contratada:

- a) reexecutar os serviços rejeitados ou substituir as peças recusadas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;
- b) no caso de peças sem comprovação de genuinidade ou originalidade, substituí-las imediatamente por peças genuínas ou originais da marca do fabricante do veículo, sem ônus adicional para a Administração.

8.2.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à Contratada para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução.

8.2.6 O prazo para saneamento, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou na nota fiscal, verificadas durante a análise prévia à liquidação, não será computado para os fins do recebimento definitivo nem para os prazos de pagamento.

8.2.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços executados e das peças fornecidas, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

8.3 Da Liquidação

8.3.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.3.2 Para fins de liquidação, o setor competente verificará se a nota fiscal apresenta:

- a) prazo de validade;
- b) data de emissão;
- c) dados do contrato e do órgão contratante;
- d) número da Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento correspondente;
- e) descrição detalhada dos serviços executados e das peças fornecidas, com identificação de marca, modelo e procedência;
- f) período de execução;
- g) valor a pagar;
- h) eventuais retenções tributárias cabíveis.

8.3.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, sem que o período de suspensão seja computado para fins de atraso de pagamento pela Administração.

8.3.4 A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.3.5 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções previstas.

8.4 Do Prazo de Pagamento

8.4.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.4.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA — Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo IBGE.

8.4.3 Não será admitida antecipação de pagamento.

8.5 Da Forma de Pagamento

8.5.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada na proposta ou comunicados formalmente à Administração.

8.5.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

8.5.3 Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.

8.5.4 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, condicionada à apresentação de comprovação de que faz jus ao tratamento tributário favorecido, nos termos da legislação vigente.

8.6 Do Reajuste de Preços

8.6.1 Os preços inicialmente registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado que serviu de base para a licitação.

8.6.2 Após o interregno de 12 (doze) meses, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados mediante aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA — Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.6.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

8.6.4 O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021, independentemente de celebração de termo aditivo.

8.6.5 O reajuste não constitui direito automático da Contratada, devendo ser requerido formalmente com indicação do índice aplicável e do período de referência, cabendo à Administração verificar e homologar o cálculo apresentado antes da formalização por apostilamento.

8.6.6 Na hipótese de o índice estabelecido para reajustamento vir a ser extinto ou não poder mais ser utilizado, será adotado, em substituição, outro índice oficial de mesmo perfil que reflita a variação dos custos dos serviços contratados, mediante apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 Da Forma de Seleção e Critério de Julgamento

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

9.1.1 O fornecedor será selecionado por meio de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2 A licitação será dividida em 3 (três) lotes distintos, por afinidade técnica, sendo facultada a participação em um, dois ou nos três lotes, conforme sua especialização:

- Lote 1 — Manutenção Mecânica e Preventiva (*Planilhas A1 e A2*);
- Lote 2 — Sistemas Elétricos, Eletrônicos e Sinalização (*Planilhas B1 e B2*);
- Lote 3 — Funilaria, Pintura, Solda, Ar-condicionado e Vidros (*Planilhas C1 e C2*).

9.2 Da Forma de Fornecimento

9.2.1 O fornecimento do objeto será parcelado, conforme a necessidade do Fundo Municipal de Saúde de Maracáçumê/MA, mediante emissão de Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

9.3 Dos Critérios de Aceitabilidade de Preços

9.3.1 Em se tratando de contratação para registro de preços, o critério de aceitabilidade de preços máximos será o valor global de cada lote, conforme planilha de composição de preços e estimativa de preços divulgada no Edital.

9.3.2 A licitante deverá preencher obrigatoriamente os preços unitários de todos os itens das Planilhas de Serviços e de Produtos integrantes do lote em que concorrer, sendo desclassificada a proposta que deixar itens sem precificação ou com valor zero, salvo os itens para os quais haja justificativa técnica previamente admitida no Edital.

9.4 Da Habilitação Jurídica

Para fins de habilitação, o interessado deverá comprovar os seguintes requisitos, conforme sua natureza jurídica:

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Microempreendedor Individual — MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual — CCMEI, com verificação de autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios>;
- c) Sociedade empresária, SLU ou EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivados ou inscritos na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede.

9.4.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, contendo todas as cláusulas em vigor.

9.5 Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas — CNPJ;

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracáçumê – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil — RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional — PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União — DAU, inclusive os relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014;
- c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS — CRF;
- d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da CLT;
- e) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor;
- g) prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor.

9.5.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede.

9.5.2 O fornecedor enquadrado como MEI que pretenda auferir os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.5.3 A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sendo-lhe assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

9.6 Da Qualificação Econômico-Financeira

9.6.1 Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

9.6.2 Balanço patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício — DRE e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando boa situação financeira mediante os seguintes índices:

- a) Índice de Liquidez Geral — ILG igual ou superior a 1 (um):
 - $ILG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$
- b) Índice de Solvência Geral — ISG igual ou superior a 1 (um):
 - $ISG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$
- c) Índice de Liquidez Corrente — ILC igual ou superior a 1 (um):
 - $ILC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$

9.6.3 Caso o fornecedor apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices previstos no item 9.6.2, serão exigidos, cumulativamente, para fins de habilitação:

- a) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante — Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor total estimado da contratação para o período de 12 (doze) meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;
- b) Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação para o período de 12 (doze) meses, apurado com base no balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

9.6.4 Os indicadores fixados no item 9.6.2 deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

9.6.5 Os documentos referidos nos itens 9.6.2 e 9.6.3 limitar-se-ão ao último exercício social no caso de empresa constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.6.6 Os documentos contábeis exigidos deverão observar o limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital — ECD ao SPED, sendo aceitas as seguintes formas de apresentação:

- a) publicação em Diário Oficial ou jornal de grande circulação;
- b) cópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor;
- c) cópia do livro Diário autenticado na Junta Comercial, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento;

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumê — MA, CEP: 65.289-000
E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

- d) Escrituração Contábil Digital — ECD, mediante apresentação de cópia do SPED devidamente transmitido, observado o prazo de entrega estabelecido pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil vigente à época da apresentação da proposta.

9.6.7 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade — CRC, apresentada pelo fornecedor.

9.6.8 O fornecedor deverá apresentar declaração, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data de apresentação da proposta, não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observando os seguintes requisitos:

9.6.8.1 a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício — DRE relativa ao último exercício social;

9.6.8.2 caso a diferença entre o valor declarado e a receita bruta discriminada na DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.6.9 As empresas constituídas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou por profissional habilitado registrado no CRC.

9.7 Da Qualificação Técnica

9.7.1 Comprovação de aptidão para a prestação de serviços de manutenção automotiva e/ou fornecimento de peças automotivas compatíveis com o objeto do lote em que a licitante concorrer, mediante apresentação de atestado(s) ou certidão(ões) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante.

9.7.2 Os atestados deverão demonstrar a execução de objeto compatível em características com o objeto do lote correspondente, observando:

- a) para o Lote 1 — atestado de execução de serviços de manutenção mecânica e preventiva de veículos automotores, incluindo pelo menos dois dos sistemas contemplados no lote (freios, suspensão, direção, motor, transmissão ou arrefecimento);
- b) para o Lote 2 — atestado de execução de serviços de manutenção elétrica, eletrônica ou diagnóstico de veículos automotores;
- c) para o Lote 3 — atestado de execução de serviços de funilaria, pintura automotiva, solda, ar-condicionado ou troca de vidros automotivos.

9.7.3 Serão admitidos, para fins de comprovação de capacidade técnica, o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante, desde que, em conjunto, demonstrem aptidão compatível com o objeto do lote.

9.7.4 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.7.5 Os atestados deverão conter, no mínimo:

- a) identificação e qualificação da pessoa jurídica emitente;
- b) nome, cargo e assinatura do responsável pela emissão;
- c) descrição dos serviços ou fornecimentos realizados;
- d) período de execução;
- e) meios de contato do emitente — telefone e/ou endereço eletrônico.

9.7.6 Quando emitidos por pessoa jurídica de direito público, os atestados deverão estar assinados pelo responsável do setor competente, com identificação de nome, cargo e matrícula funcional ou CPF.

9.7.7 Não serão aceitos atestados emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico da licitante, entendendo-se como tais as empresas controladoras, controladas, coligadas ou que possuam sócios ou administradores em comum.

9.7.8 A Contratada deverá comprovar a disponibilidade de infraestrutura mínima para execução dos serviços do lote em que vencer, mediante declaração formal assinada pelo representante legal, que deverá incluir, no mínimo:

- a) instalações físicas adequadas com área fechada, coberta e segura para guarda dos veículos durante a execução;
- b) elevadores para manutenção veicular;

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

- c) equipamentos compatíveis com os serviços do lote contratado, incluindo scanner automotivo para diagnóstico eletrônico, quando aplicável ao Lote 2;
- d) sistema informatizado para controle de manutenção de frota;
- e) pessoal técnico habilitado e capacitado para os serviços do respectivo lote.

9.7.9 A Contratada deverá comprovar que possui responsável técnico com formação ou experiência compatível com os serviços do lote contratado, nos termos do item 10.10 deste Termo de Referência.

9.8 Das Disposições Gerais sobre Habilitação

9.8.1 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo os legalmente permitidos.

9.8.2 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for a filial, em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e certidões obtidas com fundamento em legislação que admita a centralização.

9.8.3 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à CND e ao CRF/FGTS, quando comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.8.4 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

9.8.5 As exigências de habilitação serão detalhadas no Edital, observadas as disposições deste Termo de Referência e os arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 Da Metodologia de Apuração

10.1.1 O valor estimado da contratação foi apurado com base em pesquisa de preços realizada pelo Setor de Compras e Serviços do Município de Maracatumé/MA, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, cujos documentos e memórias de cálculo encontram-se registrados nos autos do Processo Administrativo nº 042/2026.

10.1.2 A pesquisa de preços observou, no mínimo, uma das seguintes fontes, conforme disponibilidade e adequação ao objeto:

- a) contratações similares realizadas pela Administração Pública nos últimos 12 meses, constantes do Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP;
- b) pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou tabelas de referência formalmente instituídas, em especial tabelas de mão de obra automotiva das montadoras e sistemas de precificação de peças oficialmente reconhecidos;
- c) orçamentos obtidos junto a fornecedores do mercado para os serviços e peças objeto da contratação.

10.1.3 Para a composição do valor estimado dos serviços de manutenção, foram utilizados como referência os Tempos Padrão de Reparos — TPR estabelecidos pelos fabricantes dos veículos da frota, aplicados às horas técnicas praticadas no mercado local e regional.

10.1.4 Para a composição do valor estimado das peças automotivas, foram utilizados como referência os preços praticados pela rede de concessionárias autorizadas da marca dos veículos da frota e por distribuidores de peças originais, em conformidade com a exigência de genuinidade e originalidade estabelecida no item 4.1.2 deste Termo de Referência.

10.2 Do Valor Estimado e do Sigilo

10.2.1 O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, nos termos do art. 24, §1º, I, da Lei nº 14.133/2021.

10.2.2 Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances, para fins de negociação com a licitante mais bem classificado.

10.2.3 O caráter sigiloso não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo, que terão acesso irrestrito aos valores estimados e à metodologia de apuração, nos termos do art. 24, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

10.2.4 Justificativa do sigilo:

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracatumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

A adoção do sigilo do valor estimado justifica-se pelos seguintes fundamentos:

- a) a divulgação prévia do valor estimado poderia induzir as licitantes a apresentar propostas artificialmente próximas ao teto da Administração, reduzindo a competição e comprometendo a obtenção da proposta mais vantajosa, em detrimento do princípio da economicidade previsto no art. 11, IV, da Lei nº 14.133/2021;
- b) os serviços de manutenção automotiva e o fornecimento de peças genuínas ou originais possuem preços sensíveis às condições do mercado local, com variação entre fornecedores, podendo o valor estimado servir como referência de ancoragem de preços e prejudicar a formação espontânea e competitiva das propostas;
- c) o modo de disputa aberto com lances públicos e sucessivos adotado neste certame assegura por si só a transparência e a competitividade na fase de disputa, tornando desnecessária a divulgação prévia do valor estimado para garantia da isonomia entre as licitantes;
- d) o sigilo é autorizado expressamente pelo art. 24, §1º, I, da Lei nº 14.133/2021, cabendo à Administração motivar essa escolha nos autos, nos termos do art. 24, §3º, da mesma Lei.

10.3 Da Estimativa por Lote

10.3.1 Os preços unitários referenciais de cada item das Planilhas de Serviços e de Produtos encontram-se detalhados em planilha de estimativa de preços constante dos autos do processo, organizados por lote.

10.4 Da Matriz de Riscos

10.4.1 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do instrumento contratual, nos termos do art. 22, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

10.5 Das Hipóteses de Alteração dos Preços Registrados

10.5.1 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços e peças registrados, nas seguintes situações:

- a) Força maior, caso fortuito ou fato do príncipe: em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021;
- b) Criação, alteração ou extinção de tributos: em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, ou superveniência de disposições legais com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c) Reajuste anual: respeitada a contagem da anualidade de 12 (doze) meses e o índice IPCA — Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, conforme item 8.6 deste Termo de Referência, formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021;
- d) Repactuação: a pedido do interessado, mediante apresentação de planilha de composição de custos atualizada e documentação comprobatória da variação dos insumos, conforme critérios definidos para a contratação;
- e) Redução de preços de mercado: o Contratante poderá convocar a Contratada para negociar a redução dos preços registrados quando estes se tornarem superiores àqueles praticados no mercado, nos termos do art. 82, §5º, I, da Lei nº 14.133/2021, podendo cancelar o registro do fornecedor que não aceitar a redução.

10.5.2 O pedido de revisão ou repactuação deverá ser formalizado por escrito, com documentação comprobatória suficiente, incluindo:

- a) planilha de composição de custos atualizada;
- b) notas fiscais, faturas ou cotações que demonstrem a variação de preços dos insumos;
- c) demonstração analítica do impacto do fato alegado sobre os custos da contratação.

10.5.3 Até a decisão final da Administração sobre o pedido de revisão ou repactuação, a Contratada fica obrigada a executar o contrato pelos preços vigentes, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

10.6 Das Disposições Gerais

10.6.1 Os preços propostos pela Contratada são considerados completos e suficientes para a execução integral do objeto, incluindo todos os custos diretos e indiretos — mão de obra especializada, equipamentos, ferramentas, peças genuínas ou originais da marca do fabricante, tributos, encargos sociais e trabalhistas, seguros, transporte dos veículos e quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução contratual.

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000
E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

10.6.2 A Contratada não poderá invocar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimentos de qualquer detalhe relacionado ao objeto para eximir-se das obrigações assumidas ou pleitear elevação unilateral de preços após a assinatura da Ata de Registro de Preços.

10.6.3 O sigilo aplica-se ao valor global estimado e aos valores unitários referenciais de cada item das Planilhas A1, A2, B1, B2, C1 e C2, sendo a publicidade restabelecida automaticamente após a fase de julgamento das propostas, mediante divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP.

11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 A indicação da dotação orçamentária necessária para atender às despesas decorrentes da contratação será realizada no momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente, em conformidade com o art. 92, VII, da Lei nº 14.133/2021 e com o art. 60 da Lei nº 4.320/1964.

11.2 Considerando tratar-se de contratação por meio do Sistema de Registro de Preços, a existência de dotação orçamentária será exigida apenas no momento da efetiva contratação, quando da emissão da respectiva nota de empenho pela unidade administrativa demandante, nos termos do art. 82, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

11.3 A dotação orçamentária indicada no momento da contratação observará a seguinte classificação, vinculada ao objeto da contratação:

- Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde — Fundo Municipal de Saúde
- Classificação Funcional: 10.301 — Atenção Básica / 10.302 — Assistência Hospitalar e Ambulatorial
- Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 — Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica
- Fonte de Recursos: a confirmar junto ao setor financeiro

11.4 A contratação somente poderá ser efetivada após verificação, pelo setor competente, da existência de dotação orçamentária suficiente para atender à despesa no exercício financeiro corrente, com a correspondente declaração formal de disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos do art. 53, IV, da Lei nº 14.133/2021 e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

11.5 Nos exercícios financeiros subsequentes, as despesas correspondentes às eventuais prorrogações ou renovações da Ata de Registro de Preços correrão à conta das dotações orçamentárias aprovadas para os respectivos exercícios, observada a disponibilidade orçamentária e financeira de cada exercício e a vedação prevista no art. 167, II, da Constituição Federal.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, excetuando-se o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas, nos termos do art. 24, §1º, I, da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativa constante do item 10.2.4 deste instrumento.

12.2 Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, interesse público e isonomia, nos termos do art. 5º da mesma Lei.

12.3 Integram este Termo de Referência, para todos os fins, os seguintes documentos constantes do Processo Administrativo nº 042/2026:

- a) Estudo Técnico Preliminar — ETP;
- b) pesquisa de preços com memória de cálculo;
- c) planilhas de estimativa de custos — Lotes 1, 2 e 3 (Planilhas A1, A2, B1, B2, C1 e C2);
- d) análise de riscos e matriz de risco;
- e) minuta da Ata de Registro de Preços;
- f) minuta do instrumento contratual.

12.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, à luz da legislação vigente aplicável às contratações públicas, em especial a Lei nº 14.133/2021, a Lei Complementar nº 123/2006 e as normas infralegais editadas pelos órgãos competentes.

12.5 A eventual alteração das condições estabelecidas neste Termo de Referência somente poderá ocorrer mediante despacho fundamentado da autoridade competente, com registro nos autos do processo administrativo correspondente, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumê – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

12.6 As licitantes e a futura Contratada declaram conhecer e aceitar todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, não podendo invocar desconhecimento de qualquer de suas disposições para se eximir de obrigações ou responsabilidades decorrentes da contratação.

12.7 Este Termo de Referência foi elaborado pelo servidor responsável pelo planejamento da contratação e aprovado pela autoridade competente, nos termos do art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

Secretaria Municipal de Saúde

APÊNDICE A- PLANILHA DESCRITIVA

LOTE 1 — MANUTENÇÃO MECÂNICA E PREVENTIVA							
PLANILHA A1 — SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO							
Nº	Item	Descrição do Serviço	Unidade	Quant.	Critério de Estimativa	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
GRUPO 1 — MANUTENÇÃO PREVENTIVA							
1	1	Revisão preventiva geral	Serviço	24	4 revisões/ano × 6 veículos		
2	2	Troca de óleo e filtros	Serviço	24	4 trocas/ano × 6 veículos		
3	3	Alinhamento e balanceamento	Serviço	18	3 serviços/ano por veículo		
4	4	Cambagem	Serviço	10	Serviço eventual		
5	5	Troca de correias	Serviço	12	Média anual da frota		
GRUPO 2 — MANUTENÇÃO CORRETIVA MECÂNICA							
6	6	Serviços de freios	Serviço	36	Média anual da frota		
7	7	Serviços de suspensão	Serviço	30	Média anual da frota		
8	8	Serviços de direção	Serviço	24	Média anual da frota		
9	9	Serviços de motor	Serviço	48	Corretivas e regulagens		
10	10	Serviços de transmissão e embreagem	Serviço	32	Média anual da frota		
11	11	Sistema de arrefecimento	Serviço	20	Média anual da frota		
12	12	Serviços de escapamento	Serviço	12	Média anual da frota		
13	13	Instalação/substituição de peças	Serviço	60	Apoio a corretivas diversas		
SUBTOTAL A1 — SERVIÇOS							R\$ 0,00
PLANILHA A2 — PRODUTOS VINCULADOS AOS SERVIÇOS DA PLANILHA A1							
Nº	Ref. A1	Descrição do Produto	Unidade	Quant.	Serviço Vinculado	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
GRUPO 1 — FILTROS E FLUIDOS PREVENTIVOS							
1	A1-1	Filtro de óleo	Unidade	24	Revisão preventiva geral		
2	A1-1	Filtro de ar	Unidade	12	Revisão preventiva geral		
3	A1-1	Filtro de combustível	Unidade	12	Revisão preventiva geral		
4	A1-2	Óleo de motor	Litros	90	Troca de óleo e filtros		
5	A1-5	Correia dentada	Unidade	4	Troca de correias		
6	A1-5	Correia do alternador	Unidade	6	Troca de correias		
7	A1-5	Tensor / esticador	Unidade	4	Troca de correias		
GRUPO 2 — FREIOS							
8	A1-6	Pastilhas de freio	Jogo	12	Serviços de freios		
9	A1-6	Disco de freio	Par	6	Serviços de freios		
10	A1-6	Lona de freio	Jogo	4	Serviços de freios		
11	A1-6	Cilindro de roda	Unidade	4	Serviços de freios		
12	A1-6	Bomba de freio	Unidade	3	Serviços de freios		
13	A1-6	Fluido de freio	Litros	24	Serviços de freios		
14	A1-6	Pinça de freio	Unidade	4	Serviços de freios		
15	A1-6	Flexível de freio	Unidade	12	Serviços de freios		
16	A1-6	Servo freio (hidrovácuo)	Unidade	2	Serviços de freios		
GRUPO 3 — SUSPENSÃO E DIREÇÃO							
17	A1-7	Amortecedor dianteiro	Unidade	8	Serviços de suspensão		
18	A1-7	Amortecedor traseiro	Unidade	8	Serviços de suspensão		
19	A1-7	Buchas de suspensão	Kit	12	Serviços de suspensão		
20	A1-7	Pivô de suspensão	Unidade	8	Serviços de suspensão		
21	A1-7	Barra estabilizadora	Unidade	4	Serviços de suspensão		

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

22	A1-7	Rolamento de roda	Unidade	8	Serviços de suspensão		
23	A1-7	Molas dianteiras	Unidade	4	Serviços de suspensão		
24	A1-7	Molas traseiras	Unidade	4	Serviços de suspensão		
25	A1-7	Bandeja de suspensão	Unidade	6	Serviços de suspensão		
26	A1-7	Batente de amortecedor	Kit	6	Serviços de suspensão		
27	A1-8	Terminal de direção	Unidade	8	Serviços de direção		
28	A1-8	Caixa de direção	Unidade	2	Serviços de direção		
29	A1-8	Bomba de direção hidráulica	Unidade	2	Serviços de direção		
30	A1-8	Mangueira da direção hidráulica	Unidade	6	Serviços de direção		
GRUPO 4 — MOTOR, TRANSMISSÃO E ARREFECIMENTO							
31	A1-9	Bico injetor	Unidade	12	Serviços de motor		
32	A1-9	Bomba de combustível	Unidade	3	Serviços de motor		
33	A1-10	Kit de embreagem	Kit	4	Transmissão e embreagem		
34	A1-10	Platô	Unidade	2	Transmissão e embreagem		
35	A1-10	Disco de embreagem	Unidade	2	Transmissão e embreagem		
36	A1-10	Rolamento de embreagem	Unidade	4	Transmissão e embreagem		
37	A1-10	Óleo de transmissão	Litros	24	Transmissão e embreagem		
38	A1-10	Óleo de diferencial	Litros	12	Transmissão e embreagem		
39	A1-10	Semi eixo	Unidade	3	Transmissão e embreagem		
40	A1-10	Junta homocinética	Unidade	4	Transmissão e embreagem		
41	A1-10	Retentor de diferencial	Unidade	4	Transmissão e embreagem		
42	A1-10	Retentor de câmbio	Unidade	4	Transmissão e embreagem		
43	A1-11	Bomba d'água	Unidade	3	Sistema de arrefecimento		
44	A1-11	Bomba de óleo	Unidade	2	Sistema de arrefecimento		
45	A1-11	Radiador	Unidade	2	Sistema de arrefecimento		
46	A1-11	Mangueiras do radiador	Unidade	12	Sistema de arrefecimento		
47	A1-11	Aditivo do radiador	Litros	30	Sistema de arrefecimento		
48	A1-11	Válvula termostática	Unidade	6	Sistema de arrefecimento		
49	A1-11	Reservatório de expansão	Unidade	3	Sistema de arrefecimento		
50	A1-11	Sensor de temperatura	Unidade	6	Sistema de arrefecimento		
SUBTOTAL A2 — PRODUTOS						R\$ 0,00	
VALOR GLOBAL — LOTE 1						R\$ 0,00	

LOTE 2 — SISTEMAS ELÉTRICOS, ELETRÔNICOS E SINALIZAÇÃO

PLANILHA B1 — SERVIÇOS

Nº	Item	Descrição do Serviço	Unidade	Quant.	Critério de Estimativa	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	1	Serviços de injeção e elétrica	Serviço	36	Média anual da frota		
2	2	Diagnóstico eletrônico (scanner)	Serviço	18	3 diagnósticos/ano por veículo		
3	3	Manutenção do sistema de iluminação	Serviço	16	Média anual da frota		
4	4	Manutenção da parte elétrica da ambulância	Serviço	20	Parte assistencial e interna		
SUBTOTAL B1 — SERVIÇOS						R\$ 0,00	

PLANILHA B2 — PRODUTOS VINCULADOS AOS SERVIÇOS DA PLANILHA B1

Nº	Ref. B1	Descrição do Produto	Unidade	Quant.	Serviço Vinculado	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
GRUPO 1 — GERAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ENERGIA							
1	B1-1	Alternador	Unidade	3	Injeção e elétrica		
2	B1-1	Motor de partida	Unidade	3	Injeção e elétrica		
3	B1-1	Bateria automotiva	Unidade	6	Injeção e elétrica		
GRUPO 2 — PROTEÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA							

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumê – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

4	B1-1	Fusíveis	Kit	12	Injeção e elétrica		
5	B1-1	Relés	Unidade	12	Injeção e elétrica		
6	B1-1	Chicote elétrico	Unidade	2	Injeção e elétrica		
GRUPO 3 — SENSORES E ELETRÔNICA EMBARCADA							
7	B1-1	Sensores eletrônicos	Unidade	18	Injeção e elétrica		
8	B1-1	Sensor de rotação	Unidade	6	Injeção e elétrica		
9	B1-1	Sensor MAP / MAF	Unidade	6	Injeção e elétrica		
10	B1-1	Sensor de ABS	Unidade	6	Injeção e elétrica		
GRUPO 4 — ILUMINAÇÃO VEICULAR							
11	B1-3	Lâmpadas	Kit	12	Sistema de iluminação		
12	B1-3	Farol	Unidade	8	Sistema de iluminação		
13	B1-3	Lanterna traseira	Unidade	8	Sistema de iluminação		
GRUPO 5 — SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA							
14	B1-4	Giroflex / barra sinalizadora	Unidade	2	Elétrica da ambulância		
15	B1-4	Sirene eletrônica	Unidade	2	Elétrica da ambulância		
SUBTOTAL B2 — PRODUTOS							R\$ 0,00
VALOR GLOBAL — LOTE 2							R\$ 0,00

LOTE 3 — FUNILARIA, PINTURA, SOLDA, AR-CONDICIONADO E VIDROS							
PLANILHA C1 — SERVIÇOS							
Nº	Item	Descrição do Serviço	Unidade	Quant.	Critério de Estimativa	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
GRUPO 1 — FUNILARIA, PINTURA E SOLDA							
1	1	Serviço de funilaria	Serviço	24	Pequenas recuperações		
2	2	Serviço de pintura automotiva	Serviço	20	Retoques e reparos		
3	3	Serviço de solda automotiva	Serviço	12	Reparos localizados		
GRUPO 2 — AR-CONDICIONADO E VIDROS							
4	4	Manutenção de ar-condicionado automotivo	Serviço	18	Preventiva e corretiva		
5	5	Troca de para-brisa	Serviço	8	Até 2 ocorrências/ano		
SUBTOTAL C1 — SERVIÇOS							R\$ 0,00
PLANILHA C2 — PRODUTOS VINCULADOS AOS SERVIÇOS DA PLANILHA C1							
Nº	Ref. C1	Descrição do Produto	Unidade	Quant.	Serviço Vinculado	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
GRUPO 1 — CARROCERIA E ACESSÓRIOS							
1	C1-1	Retrovisor	Unidade	6	Serviço de funilaria		
2	C1-1	Parachoque	Unidade	4	Serviço de funilaria		
3	C1-1	Fechadura de porta	Unidade	6	Serviço de funilaria		
4	C1-1	Máquina do vidro elétrico	Unidade	4	Serviço de funilaria		
GRUPO 2 — VIDROS E LIMPEZA							
5	C1-5	Palheta do limpador	Par	12	Troca de para-brisa		
6	C1-5	Motor do limpador	Unidade	3	Troca de para-brisa		
SUBTOTAL C2 — PRODUTOS							R\$ 0,00
VALOR GLOBAL — LOTE 3							R\$ 0,00

Secretaria Municipal de Saúde

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À Comissão Permanente de Licitação
Município de Maracáçumé

REF: Pregão Eletrônico SRP N° 017/2026

IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE

Razão Social

CNPJ

Endereço

Município/UF

Telefone

E-mail

Banco / Agência / Conta

Representante Legal

CPF do Representante

Cargo/Função

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

Lote	Valor Global do Lote (R\$)
Lote 1 — Manutenção Mecânica e Preventiva	
Lote 2 — Sistemas Elétricos, Eletrônicos e Sinalização	
Lote 3 — Funilaria, Pintura, Solda, Ar-cond. e Vidros	

INFORMAÇÕES ADICIONAIS DA PROPOSTA

Banco: Agência: Conta:

Praça de pagamento:

Contato:

Fone: e-mail:

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, **DECLARA** que:

- 1) Nos preços indicados nas planilhas estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto licitado, inclusive mão de obra especializada, peças genuínas ou originais da marca do fabricante do veículo, equipamentos, ferramentas, tributos, encargos sociais e trabalhistas, seguros, transporte dos veículos e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto, não cabendo ao Município de Maracáçumé/MA qualquer custo adicional.
- 2) Conhece a legislação de regência desta licitação e que os serviços serão prestados e as peças fornecidas de acordo com as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e seus anexos, que conhece e aceita em todos os seus termos.
- 3) Examinei minuciosamente o Edital e seus anexos, encontrando-os corretos, aceitando e submetendo-me integralmente às suas condições, não havendo dúvidas acerca da execução do objeto licitado.

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracáçumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

- 4) As peças e materiais automotivos a serem fornecidos são genuínos ou originais da marca do fabricante do veículo, conforme definições da ABNT NBR 15.296/2005, estando ciente da vedação ao fornecimento de peças similares, recondicionadas ou paralelas, nos termos do item 4.1.2 do Termo de Referência.
- 5) O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico nº 017/2026.
- 6) Nenhum direito a indenização ou reembolso de quaisquer despesas nos será devido, caso a proposta não seja aceita pelo Município de Maracáçumé/MA, seja qual for o motivo.
- 7) Não possui em seu quadro funcional empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento do Município de Maracáçumé/MA, nos termos do art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021.
- 8) Não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 14 (quatorze) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.
- 9) Não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e não está suspensa do direito de licitar ou contratar com o Município de Maracáçumé/MA.
- 10) Possui pleno conhecimento das condições necessárias à execução dos serviços e ao fornecimento das peças objeto desta licitação, incluindo as especificações técnicas, os quantitativos estimados e os prazos de execução estabelecidos no Termo de Referência.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Cidade/Estado, _____ de _____ de 2026.

(representante legal da licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)

OBS: Se a proposta for assinada por representante legal, enviar cópia da procuração e documento de identificação; Se assinada por Sócio da empresa, enviar documento de identificação do responsável.

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracáçumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

ANEXO III - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Eletrônico SRP nº 017/2026
Processo Administrativo Nº 042/2026

O município de Maracatumé através da Secretária Municipal de Administração, com sede na Avenida Dayse de Sousa, s/nº, Centro, Maracatumé – MA, representada neste ato pelo Secretário de Administração, o senhor, portador do RG nº, e CPF nº, residente e domiciliada a Rua, Maracatumé - MA, CONSIDERANDO o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO de PREÇOS nº 017/2026, publicada no Diário Oficial do Município nº de / /2026, Processo Administrativo Nº 042/2026, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS da (s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 004, de 12 de janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. Do objeto

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças automotivas genuínas ou originais da marca do fabricante do veículo, das ambulâncias pertencentes à frota do Fundo Municipal de Saúde do Município de Maracatumé/MA, organizado em 3 (três) lotes distintos, por afinidade técnica e especialização, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Edital, no Termo de Referência e seus anexos:

Empresa:	
CNPJ:	Telefone / Fax:
Endereço:	E-mail:
Responsável:	CPF/RG:

Lote	Descrição dos serviços	Marca Registrada	Unidade Registrada	Quantidade Registrada	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
01						
02						
03						
....						

1.2 O fornecimento de peças e materiais das Planilhas A2, B2 e C2 somente poderá ser requisitado em conjunto com a execução do serviço vinculado na planilha correspondente do mesmo lote, sendo vedada a solicitação de peças de forma isolada, salvo autorização expressa e fundamentada do Gestor do Contrato.

1.3 As peças e materiais automotivos fornecidos deverão ser obrigatoriamente genuínos ou originais da marca do fabricante do veículo, conforme definições da ABNT NBR 15.296/2005, sendo expressamente vedado o fornecimento de peças similares, reconcondicionadas, paralelas ou de procedência desconhecida.

2. Da adesão à Ata de Registro de Preços

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracatumé – MA, CEP: 65.289-000
E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

- 2.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
 - 2.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
 - 2.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei federal nº 14.133, de 2021; e
 - 2.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
 - 2.2 O valor registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:
 - 2.2.1 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
 - 2.2.2 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
 - 2.3 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.
 - 2.4 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
 - 2.5 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da Ata de Registro de Preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles lotes para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.
3. **Dos limites para as adesões**
 - 3.1 As aquisições adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
 - 3.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
 - 3.3 A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades da Administração Pública municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
 - 3.4 **Da vedação a acréscimo de quantitativos**
 - 3.4.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
 4. **Da Validade, da formalização da ata SRP e do cadastro reserva**
 - 4.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
 - 4.1.1 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
 - 4.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
 - 4.3 Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
 - 4.3.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de a licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
 - 4.3.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro das licitantes ou dos fornecedores que:
 - 4.3.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
 - 4.3.2.2 Mantiverem sua proposta original.

Secretaria Municipal de Saúde

- 4.3.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação das licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 4.4 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 4.5 Para fins da ordem de classificação, as licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 4.6 A habilitação das licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação das licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 4.6.1 Quando a licitante vencedora não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 4.6.2 Quando houver o cancelamento do registro da licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 4.7 O preço registrado com indicação das licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 4.8 Após a homologação da licitação, a licitante mais bem classificada será convocada para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 4.8.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante convocada, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 4.9 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 4.10 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.3 e subitens, fica facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 4.11 Na hipótese de nenhuma das licitantes que trata o item 5.3.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 4.11.1 Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço (desconto) melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 4.11.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 4.12 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 5. Da Alteração ou da Atualização dos Preços Registrados**
- 5.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 5.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei federal nº 14.133, de 2021;
- 5.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
- 5.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 5.1.3.1 No caso do reajustamento, deverão ser respeitados a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 5.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
- 6. Da Negociação dos Preços Registrados**
- 6.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Secretaria Municipal de Saúde

- 6.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
 - 6.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará as licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
 - 6.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
 - 6.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
 - 6.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
 - 6.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
 - 6.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
 - 6.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.8
 - 6.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
 - 6.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
 - 6.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 7. Do Remanejamento das Quantidades Registradas na Ata SRP**
- 7.1 As quantidades previstas para os lotes com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
 - 7.2 O remanejamento somente poderá ser feito:
 - 7.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
 - 7.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
 - 7.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
 - 7.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 28 do Decreto nº 04, de 12 de janeiro de 2024.
 - 7.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
 - 7.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos lotes.
 - 7.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

Secretaria Municipal de Saúde

8. Do Cancelamento do Registro da licitante Vencedora e dos Preços Registrados

- 8.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 8.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 8.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 8.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 25, § 2º, do Decreto Municipal nº 04, de 12 de janeiro de 2024; ou
 - 8.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
 - 8.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei federal nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 8.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 8.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar as licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação
- 8.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 8.4.1 Por razão de interesse público;
 - 8.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 8.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º, e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 04, de 12 de janeiro de 2024.

9. Das Penalidades

- 9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
- 9.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 9.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidades participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
- 9.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. Das Condições Gerais

- 10.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidas no Termo de Referência, anexo ao edital.
- 10.2 Fica eleito o foro privativo dos feitos da Fazenda Pública, da Comarca desta cidade de Maracáçumé, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.
- 10.3 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em livro próprio, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Maracáçumé - MA, de de 2026.

Pelo FORNECEDOR

.....

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracáçumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

(nome do representante da empresa)

CPF

(nome da empresa)

CNPJ

Pelo ÓRGÃO GERENCIADOR

.....
MUNICÍPIO de MARACAÇUMÉ

Secretário Municipal de Administração

Testemunhas:

1ª)

CPF

2ª)

CPF

Secretaria Municipal de Saúde

ANEXO IV – MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MARACAÇUMÊ e O _____, PARA CONTRATAÇÃO de _____, CONFORME PREGÃO N° 017/2026 e PROCESSO N°042/2026.

O MUNICÍPIO de MARACAÇUMÊ através da SECRETARIA MUNICIPAL de _____, localizada na _____, Maracáçumê - MA, inscrita no CNPJ sob n°. _____, representada neste ato pela Secretária Municipal, o(a) senhor(a) _____, portador(a) do RG n° _____ e CPF n°. _____, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) _____inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n° _____, sediado(a) na _____, em _____doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n° _____, expedida pela (o) _____, e CPF n° _____, tendo em vista o que consta no Processo n° _____ e em observância às disposições da Lei federal n° 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão n° 017/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças automotivas genuínas ou originais da marca do fabricante do veículo, das ambulâncias pertencentes à frota do Fundo Municipal de Saúde do Município de Maracáçumê/MA, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico n° 017/2026, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços n° ____/2026 e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento independentemente de transcrição.

1.2 O fornecimento de peças e materiais somente poderá ser requisitado em conjunto com a execução do serviço vinculado na planilha correspondente do mesmo lote, sendo vedada a solicitação de peças de forma isolada, salvo autorização expressa e fundamentada do Gestor do Contrato.

1.3 As peças e materiais automotivos fornecidos deverão ser obrigatoriamente genuínos ou originais da marca do fabricante do veículo, conforme definições da ABNT NBR 15.296/2005, sendo expressamente vedado o fornecimento de peças similares, reconhecidas, paralelas ou de procedência desconhecida.

1.4 Discriminação do objeto:

Item	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

1.5 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, na seguinte ordem de precedência em caso de divergência:

1.5.1 este instrumento contratual;

1.5.2 o Edital do Pregão Eletrônico n° 017/2026 e seus anexos;

1.5.3 o Termo de Referência;

1.5.4 a Ata de Registro de Preços n° ____/2026;

1.5.5 a proposta da CONTRATADA.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação (publicação) no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do art. 94 da Lei Federal n° 14.133/2021, limitado à vigência da Ata de Registro de Preços que o originou.

2.1.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.2 O contrato deverá ser executado de acordo com os prazos consignados no Termo de Referência.

2.3 Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracáçumê – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, nos termos do Termo de Referência e do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1 O valor total da contratação é de R\$. (.....)

5.1.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento à Contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência Anexo I do Edital.

6.2 A Administração poderá, de forma excepcional e devidamente justificada, realizar a antecipação parcial de pagamento à CONTRATADA, desde que demonstrado o interesse público e a necessidade para a adequada execução do objeto contratual, nos termos da legislação vigente.

6.3 A antecipação de pagamento ficará condicionada à apresentação, pela contratada, de garantia idônea e suficiente, a ser prestada nas modalidades previstas em lei, tais como:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária.

6.4 O valor da antecipação não poderá ultrapassar o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, devendo estar vinculado à execução de etapas específicas do objeto contratual.

6.5 A liberação da antecipação dependerá da apresentação, pela contratada, de plano de aplicação dos recursos, previamente aprovado pela Administração, contendo a descrição detalhada da destinação dos valores antecipados.

6.6 A contratada deverá comprovar a correta aplicação dos recursos recebidos a título de antecipação, mediante apresentação de documentos fiscais, relatórios e demais elementos comprobatórios exigidos pela fiscalização do contrato.

6.7 Na hipótese de não comprovação da adequada aplicação dos recursos ou de inadimplemento contratual, a Administração poderá executar a garantia prestada, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

6.8 A antecipação de pagamento não exime a contratada do cumprimento integral das obrigações assumidas, nem altera as condições de fiscalização e controle previstas neste contrato.

6.9 A concessão da antecipação constitui faculdade da Administração, condicionada à análise de conveniência e oportunidade, não gerando direito adquirido à contratada.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES (art. 92, V e VI)

7.1 O valor é fixo e irrevogável.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA (art. 92, X, XI e XIV) e (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1 As obrigações da CONTRATANTE e da Contratada são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

9.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

11.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município de Maracumé, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

11.1.1 Gestão/Unidade:

11.1.2 Fonte de Recursos:

11.1.3 Programa de Trabalho:

11.1.4 Elemento de Despesa:

11.1.5 Nota de Empenho:

11.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

12.2 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

12.4 A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.5 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3 Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1 É vedado à CONTRATADA:

13.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

14.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1 Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município de Maracáçumé, no prazo previsto na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO (art. 92, § 1º)

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Maracáçumé, Estado do Maranhão, para dirimir questões oriundas deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracáçumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Maracaçumé - MA,

EMPRESA CONTRATADA

Razão social/ CNPJ

Nome do responsável legal/ CPF:

CONTRATADA

MUNICÍPIO DE MARACAÇUMÉ

Secretária Municipal de

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1ª)

CPF

2ª)

CPF